



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO

UNIDADE REQUISITANTE: Coordenadoria de Logística - CLOG

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

O presente Termo de Referência fora elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar (0058893610), desenvolvido pela Coordenadoria de Logística - CLOG, nos termos da Lei federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o Decreto Estadual n.º 28.874 de 25 de janeiro de 2024, e ainda, demais legislações vigentes inerentes ao objeto em tela, assim definindo o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório, conforme os princípios listados no artigo 5º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. DO OBJETO E OBJETIVO

3.1. **DO OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia - DER-RO.

3.1.1. **DO OBJETIVO:** Garantir a disponibilidade de um material de alta qualidade e durabilidade, contribuindo para a melhoria da infraestrutura viária da região.

3.1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES DO OBJETO

O cálculo detalhado das estimativa de quantidade está apresentado no Estudo Técnico Preliminar 11 (0058893610)

MATERIAL BÁSICO DE CONSTRUÇÃO

GRUPO 01	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento. (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 1.565.324,42

GRUPO 02	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento. (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 1.113.165,09

GRUPO 03	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento. (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 1.517.952,39

GRUPO 04	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento. (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 1.214.361,91

GRUPO 05	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento. (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 303.590,47

GRUPO 06	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento. (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 1.214.361,91

MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS

GRUPO 07	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas. (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 199.994,53

GRUPO 08		
DESCRIÇÃO		CONSUMO ESTIMADO
	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico , hidrossanitário e ferramentas . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 153.120,21

GRUPO 09		
DESCRIÇÃO		CONSUMO ESTIMADO
	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 153.120,21

GRUPO 10		
DESCRIÇÃO		CONSUMO ESTIMADO
	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico , hidrossanitário e ferramentas . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 153.120,21

GRUPO 11		
DESCRIÇÃO		CONSUMO ESTIMADO
	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico , hidrossanitário e ferramentas . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 87.497,86

GRUPO 12		
DESCRIÇÃO		CONSUMO ESTIMADO
	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico , hidrossanitário e ferramentas . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 153.120,21

MATERIAL LÓGICO/PORTO VELHO

GRUPO 13		
DESCRIÇÃO		CONSUMO ESTIMADO
	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO (PORTO VELHO).	R\$ 45.956,00

3.2. O método de aferição das quantidades foi efetivado levando-se em conta o disposto no [art. 18, §1º, inciso IV da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#), estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

3.3. Considerando que houve a conclusão de um ano completo de aquisições, foi adotado os seguintes procedimentos:

3.4. Levantamento das utilizações da ata vigente até o momento;

3.5. O estudo técnico preliminar calcula o valor unitário de manutenção e revitalização predial por metro quadrado, permitindo assim a obtenção dos valores monetários estimados para as Residências e Usinas Regionais.

3.6. Por fim, com o propósito de sintetizar o valor monetário projetado para as Unidades operacionais deste Departamento, levando em consideração o histórico de consumo de materiais da Ata de Registro de Preço anterior e os montantes totais estimados para atividades de reparação e manutenção.

3.7. A definição dos valores mínimo e máximo para o fornecimento de materiais destinados à **manutenção predial** e à **implantação de cabeamento estruturado**, conforme as demandas previstas nos municípios discriminados por lote, atende aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, conforme estabelece o art. 121 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

3.8. Com base nas estimativas consolidadas, o valor **máximo** previsto para a contratação é de **R\$ 7.874.685,42**, valor que representa o somatório das demandas completas de materiais básicos e de acabamento, materiais elétricos, hidrossanitários, ferramentas e cabeamento estruturado, distribuídos pelos municípios abrangidos.

3.9. A fixação do valor máximo, por outro lado, permite que o contrato atenda de forma **abrangente e flexível** a todas as frentes de serviço previstas nos diferentes municípios do Estado, considerando inclusive as variações de logística, distâncias e especificidades de cada localidade. Assim, o contrato poderá ser executado integralmente, conforme o surgimento das demandas, respeitando os limites financeiros e operacionais previamente definidos.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Referencia ao Estudo Técnico Preliminar (0058893610).

4.1. Os materiais e serviços solicitados neste procedimento licitatório foram avaliados como "**COMUNS**" após consulta ao setor técnico do órgão, por profissionais habilitados, em conformidade com o disposto no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.1.1. A presente contratação atende dois objetivos estratégicos da Coordenadoria de Logística do DER-RO:

4.1.2. Aprimorar Governança, Gestão e Aquisições;

4.1.3. e Melhorar a Qualidade de Vida.

4.1.4. A aquisição compreenderá materiais e serviços destinados a manutenção de bens imóveis, priorizando o maior desconto disponível

na tabela desonerada do SINAPI-RO (Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil).

4.1.5. A complexidade dos sistemas que compõem as instalações prediais das residências regionais e usinas de asfalto do DER-RO, exige um estoque adequado de insumos em termos de quantidade e variedade, garantindo uma pronta resposta, especialmente para reparar danos emergenciais que possam resultar em problemas estruturais graves e custosos, sem comprometer a capacidade operacional das unidades.

4.1.6. O DER-RO, com sua estrutura composta por 15 residências regionais e 6 usinas de asfalto, enfrenta uma demanda contínua por serviços de manutenção predial, elétrica, hidráulica, sanitária e de cabeamento estruturado. Estes serviços devem ser realizados de forma ágil e eficaz, exigindo disponibilidade imediata de materiais em nosso almoxarifado.

4.1.7. Entre as manutenções rotineiras e urgentes, destacam-se, reparos hidráulicos para vazamentos, correções elétricas para curtos-circuitos, substituição de lâmpadas diversas, reparos em telhados para goteiras, consertos de portas e janelas, serviços de carpintaria e serralheria, retoques de pintura, manutenção de bombas hidráulicas, adaptações na infraestrutura, inspeções e outras intervenções tanto nas dependências internas quanto externas.

4.1.8. É crucial destacar que o Sistema Nacional de Índices de Construção Civil (SINAPI) representa um banco de dados mantido pela Caixa Econômica Federal, abrangendo diversas informações sobre os preços de insumos e serviços relacionados à construção civil no Brasil. Amplamente reconhecido como referência para os preços de insumos da construção civil, o SINAPI é utilizado de forma extensiva em todo o setor.

4.2. Os benefícios derivados dessa prática de contratação são notáveis. Em essência, ela possibilita o atendimento completo das demandas por insumos, visto que a Tabela SINAPI abarca atualmente mais de 5.000 itens da construção civil. Além disso, essa abordagem promove a economia de recursos públicos, consolidando vários processos licitatórios em um único certame, abrangendo aspectos físicos, financeiros, humanos, entre outros.

4.2.1. No entanto, é fundamental terem como bases que justificam a adoção dos preços constantes na Tabela SINAPI como parâmetro para esta contratação. Conforme estabelecido na alínea V do artigo 82 da Lei 14.133, o critério de julgamento da licitação será o de **maior desconto sobre a tabela de preços praticada no mercado**. Além disso, nos termos da alínea III, § 3º do mesmo artigo, é permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem especificação do montante total a ser adquirido, caso o serviço esteja integrado ao fornecimento de bens.

4.3. Destaca-se que o SINAPI disponibiliza as suas informações para todos os estados da Federação, assim os preços de referência adotados para esta contratação serão aqueles disponibilizados para o estado de Rondônia. Assim, para atender aos instrumentos legais e aos princípios da Administração Pública (da economicidade, da eficiência, da eficácia e da celeridade processual, dentre outros), indica-se que seja realizado pelo Sistema de Registro de Preço.

4.3.1. Os bens objeto da presente licitação são de necessidade contínua ao longo de todo o ano. A contratação será realizada de acordo com a demanda existente, atendendo a esta Unidade Gestora (UG) e, quando aplicável, outras UGs que manifestem interesse em aderir a este pregão Sistema de Registro de Preços (SRP). A aquisição dos materiais será diretamente proporcional à quantidade de manutenções de cada residência regional e usina de asfalto, levando em consideração os recursos disponíveis. A impossibilidade de determinar com precisão as quantidades a serem adquiridas no período de 12 meses justifica-se pela intenção de evitar a condução de múltiplos processos administrativos, que acarretariam custos adicionais com publicações. Além disso, a abordagem busca otimizar o tempo processual e a força de trabalho empregada nas diversas etapas do procedimento, contribuindo para a eficiência administrativa, o que fundamenta a realização deste pregão SRP.

4.3.2. Optou-se pela estruturação da licitação em grupos de itens similares, com o objetivo de preservar a economia de escala. Tal decisão foi tomada considerando que os itens agrupados possuem características semelhantes e estão inter-relacionados, o que afasta possíveis prejuízos à competitividade e torna o processo mais atrativo para os licitantes. Por outro lado, diante do elevado número de itens, a organização em grupos de itens similares impede a celebração de inúmeros contratos com diversos fornecedores, o que, tecnicamente, afetaria a rotina administrativa. Essa situação prejudicaria a eficiência administrativa, que requer a otimização do gerenciamento dos contratos de fornecimento.

4.3.3. Com o propósito de garantir o fornecimento dos materiais necessários para atender a essas demandas, dá-se início ao presente procedimento licitatório para a aquisição de diversos materiais destinados à manutenção predial e equipamentos. A organização da licitação segue critérios de agrupamento de itens semelhantes, bem como a formação de grupos de cidades próximas entre si, que compartilham essencialmente os mesmos polos empresariais e industriais, conforme descrito a seguir:

LOTES	DESCRIÇÃO / TIPO DE MATERIAIS	LOCALIDADES
1	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	PORTO VELHO, EXTREMA
2	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
3	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE
4	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA,
5	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)
6	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS
7	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO/HIDROSSANITÁRIO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.	PORTO VELHO, EXTREMA
8	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
9	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE
10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE
11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES
12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS
13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO	PORTO VELHO

5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Em regra, as contratações deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, conforme art. 40, inciso V, alínea procedendo-se à licitação com b, da Lei nº 14.133, de 2021, vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

5.2. Tal entendimento encontra respaldo na Súmula 247 do TCU, que infere que a admissão da adjudicação por item é obrigatória às licitações, “desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo”.

5.2.1. Ocorre que o raciocínio de adjudicação por itens não deve ser levado a termos absolutos, pois a divisão da pretensão contratual, em alguns casos, pode gerar outros custos relacionados aos diversos contratos, além de potencializar riscos e dificuldades na gestão de uma pluralidade de contratos autônomos para atendimento da mesma pretensão contratual.

5.2.2. No caso em questão, será a aquisição de itens pela tabela SINAPI, desta forma iremos dividir a contratação por grupo de classes de itens similares que se mostra mais vantajoso como meio de alcançar a eficiência de gestão, a competitividade e a padronização que se faz necessária nesta contratação.

6. RESERVA DE COTA ME/EPP

6.1. Conforme preceitua o art. 8º do Decreto Estadual n.º 21.675 de 03 de março de 2017 especificamente, o art. 8º: “*Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, a SUPEL deverá reservar até 25% (vinte e cinco por cento) por item ou lote para a contratação de pequenas empresas*”.

6.2. O Art. 10, inciso II do aludido Decreto Estadual n.º 21.675/2017, afasta a possibilidade de aplicação do tratamento diferenciado nas seguintes hipóteses:

o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

6.3. **A NÃO APLICAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO**, o qual encontra amparo no inciso II, já acima referido, tendo em vista que se trata de licitação cujo critério será o de maior desconto na tabela SINAPI e **NÃO SE TORNA TECNICAMENTE VIÁVEL**, destacar cota de um quantitativo que será demandado em momento futuro, de acordo com as necessidades de cada órgão.

6.4. Considerando que os materiais serão utilizados em diversas localidades do Estado, **OPTOU-SE PELA DIVISÃO POR LOTES**, uma vez que no presente caso a fragmentação em itens acarretará a perda do conjunto, perda da economia de escala, redundar em prejuízo à celeridade da licitação, ocasionar a excessiva pulverização de contratos ou resultar em contratos de pequena expressão econômica. Portanto, **AFASTAMENTA-SE A RESERVA DE COTA**.

6.5. Também, conforme o art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

6.6. I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

6.7. Assim, **A LEI NÃO SE APLICA AO PRESENTE PROCESSO TENDO EM VISTA QUE O VALOR MÉDIO A SER CONTRATADO, SERÁ SUPERIOR AOS R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) SUPRACITADOS.**

7. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA

7.1. **Fica VEDADA a participação de empresa sob forma de CONSÓRCIO na presente contratação.**

7.1.1. A vedação à participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio na presente contratação de materiais de consumo encontra respaldo na busca por maior simplicidade, eficiência e clareza na gestão contratual. Materiais de consumo, por sua natureza, são itens de uso contínuo, com características padronizadas e de fornecimento regular, não exigindo, em regra, a estrutura complexa que a atuação em consórcio pressupõe.

7.1.2. A formação de consórcios acarreta a necessidade de articulação entre diferentes empresas, o que pode introduzir entraves burocráticos e operacionais desnecessários à execução do objeto contratual. Essa complexidade adicional pode dificultar a tomada de decisões, gerar conflitos de interesse entre os consorciados e comprometer a fluidez na entrega dos itens, em desacordo com os princípios da eficiência e da economicidade que regem a Administração Pública (art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988).

7.1.3. Ao restringir a contratação a pessoas jurídicas individualmente responsáveis, a Administração assegura uma gestão contratual mais direta, com maior clareza na atribuição de responsabilidades e na prestação de contas. Tal medida contribui para garantir a continuidade e a confiabilidade no fornecimento dos materiais de consumo, elementos essenciais ao bom funcionamento das atividades públicas.

7.1.4. A vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio em contratações de materiais de consumo pode ser justificada pela busca de simplicidade e eficiência no processo. Ao lidar com materiais de consumo, que geralmente são itens de natureza simples e de demanda regular, a complexidade adicionada pela formação de um consórcio pode ser desnecessária. A gestão contratual se torna mais direta, evitando possíveis conflitos de interesses entre empresas e agilizando a tomada de decisões. Além disso, ao manter o processo mais simples, a responsabilidade e a prestação de contas tornam-se mais claras, garantindo um fornecimento consistente e confiável dos materiais necessários.

7.2. **Fica VEDADA a participação de empresa sob forma de COOPERATIVAS na presente contratação.**

7.2.1. Fica vedada a participação de empresas constituídas sob a forma de cooperativas na presente contratação. A medida se fundamenta na busca pela observância do Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, o qual orienta a Administração Pública à adoção de práticas que assegurem a melhor utilização dos recursos públicos, com celeridade, qualidade e efetividade na execução dos contratos administrativos.

7.2.2. Permitir a participação de cooperativas poderia comprometer a eficiência do processo contratual, uma vez que, por sua natureza jurídica, essas entidades demandam a anuência de todos os cooperados para a realização de atos como a assinatura de contratos, termos aditivos e autorizações de pagamento. Essa exigência pode implicar em atrasos significativos ou até mesmo inviabilizar a tramitação regular e tempestiva dos procedimentos contratuais, o que vai de encontro aos objetivos da Administração Pública no tocante à agilidade e efetividade na execução do objeto licitado.

7.2.3. Dessa forma, a vedação à participação de cooperativas visa assegurar a adequada execução contratual e a observância dos princípios que regem a atuação administrativa, especialmente o da eficiência.

8. SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA, FUSÃO, CISÃO E/OU INCORPORAÇÃO

8.1. Fica **VEDADA** a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, bem como a a fusão, cisão ou incorporação. A vedação da subcontratação total ou parcial do

objeto contratual, bem como a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, e a fusão, cisão ou incorporação, é uma medida necessária e prudente por várias razões fundamentais que garantem a integridade, a eficiência e a transparência do processo contratual.

8.2. A proibição da subcontratação total ou parcial do objeto contratual, bem como da cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou de suas obrigações inerentes, além da fusão, cisão ou incorporação, é uma medida essencial para garantir a integridade, a eficiência e a transparência do processo contratual. Essa restrição visa evitar riscos que possam comprometer a execução do contrato e assegurar que os compromissos assumidos pela contratada sejam integralmente cumpridos dentro dos parâmetros estabelecidos.

8.3. Entre os principais fundamentos dessa vedação, destacam-se:

8.4. A subcontratação pode comprometer a qualidade da execução dos serviços ou do fornecimento de bens, caso a empresa subcontratada não possua as mesmas qualificações técnicas e experiência exigidas no processo licitatório.

8.5. A proibição assegura que a empresa contratada seja diretamente responsável pelo cumprimento das especificações técnicas e normativas estabelecidas no contrato.

8.6. A transferência de responsabilidades para terceiros pode gerar dificuldades na fiscalização da execução contratual, criando obstáculos para a aplicação de penalidades e sanções caso ocorram descumprimentos.

8.7. A vedação garante que a empresa originalmente contratada mantenha integralmente sua responsabilidade, evitando a diluição de obrigações entre múltiplos agentes.

8.8. Fusões, cisões e incorporações podem alterar substancialmente a estrutura organizacional da contratada, resultando em impactos negativos na execução do contrato, como descontinuidade dos serviços, perda de expertise técnica ou dificuldades financeiras.

8.9. A restrição impede que a administração pública ou contratante enfrente incertezas decorrentes de mudanças societárias inesperadas, que possam afetar a capacidade de cumprimento do contrato.

8.10. A subcontratação irrestrita pode abrir margem para práticas como a utilização de empresas de fachada ou a transferência do contrato para entidades sem a devida capacidade técnica, o que poderia comprometer a lisura do processo licitatório.

8.11. A vedação reduz o risco de fraudes, favorecimentos indevidos e desvio de finalidade na execução do contrato.

8.12. No caso de contratos públicos, a vedação impede que empresas vencedoras do certame transfiram suas obrigações a terceiros que não passaram pelo mesmo processo rigoroso de qualificação e análise.

8.13. Isso assegura que os recursos sejam aplicados de maneira eficiente, em conformidade com os princípios da economicidade e da moralidade administrativa.

8.14. Dessa forma, a vedação à subcontratação, cessão, transferência, fusão, cisão e incorporação é uma diretriz fundamental para preservar a regularidade e a efetividade do contrato, garantindo que as obrigações assumidas sejam cumpridas integralmente pela empresa originalmente contratada, sem prejuízo à qualidade, segurança e transparência da execução contratual.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Referência do Estudo Técnico Preliminar (0058893610).

9.1. O objeto desta licitação é a aquisição de materiais para atender às necessidades anuais de insumos para a manutenção predial e de equipamentos, conforme estabelecido pelo artigo 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Esses insumos serão destinados aos serviços de pronto atendimento, especialmente para manutenção preventiva e corretiva nas residências e usinas de asfalto pertencentes ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER), considerando a natureza frequente e imprevisível dessas intervenções.

9.2. Para que a contratação alcance os resultados esperados, os seguintes elementos deverão ser observados:

9.3. Com base na demanda anual estimada e nos itens previstos na Tabela SINAPI, os materiais a serem adquiridos incluem materiais de construção básicos, materiais elétricos, materiais hidrossanitários, ferramentas e cabeamento estruturado/lógico. A definição dos grupos de materiais será feita conforme as classes específicas e a sua afinidade, agrupando-os em lotes, como descrito no itens 8, 9 e 10 deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

9.4. Esses insumos serão organizados em grupos de afinidade de material, como forma de facilitar a administração do processo de licitação, melhorar a participação de empresas especializadas e garantir maior competitividade.

9.5. Sistema de Registro de Preços (SRP): Como a demanda de materiais não pode ser prevista com exatidão, será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo a aquisição de materiais conforme a necessidade, com entregas parceladas e remuneradas por unidade de medida. O regime adotado para a seleção dos fornecedores será o de maior desconto percentual unitário em relação aos preços oficiais da Tabela SINAPI, conforme o art. 82, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

9.6. A divisão por lotes regionais facilitará a logística de fornecimento dos materiais, otimizando as entregas conforme a necessidade específica de cada unidade do DER em diferentes localidades do estado.

9.7. Com a aquisição dos materiais conforme a Tabela SINAPI e o SRP, os serviços de manutenção predial e de equipamentos serão executados pela equipe técnica própria do DER, garantindo maior controle sobre a qualidade e eficiência dos trabalhos.

9.8. A execução será realizada sob o **regime de Empreitada por Preço Unitário**, com base na quantidade efetivamente demandada e utilizada em cada serviço.

9.9. A formação de grupos de materiais por classes e lotes possibilitará um gerenciamento contratual mais eficiente, reduzindo o número de fornecedores e facilitando o acompanhamento da execução contratual.

9.10. Serão utilizados os preços desonerados da Tabela SINAPI para a região de Rondônia, garantindo a economicidade e a proporcionalidade dos preços praticados no mercado local.

9.11. De acordo com o **artigo 86 da Lei nº 14.133/2021**, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP), fica autorizada a participação de outros órgãos e entidades, além do órgão gerenciador e dos órgãos inicialmente participantes, na Ata de Registro de Preços resultante deste processo licitatório.

9.12. A adoção do SRP com critério de maior desconto percentual e a utilização da Tabela SINAPI oferecem várias vantagens:

9.13. O critério de maior desconto permitirá à administração obter o melhor preço em relação à tabela oficial, garantindo uma contratação econômica e vantajosa, conforme os parâmetros da Lei nº 14.133/2021.

9.14. A formação de lotes por região e por classe de materiais aumentará a concorrência entre fornecedores especializados, resultando em

maior eficiência na entrega e na qualidade dos insumos, sem comprometer a economicidade.

9.15. A presente contratação foi planejada com base nos princípios de razoabilidade, economicidade e eficiência, respeitando os parâmetros legais e as peculiaridades dos serviços de manutenção predial e de equipamentos. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) com critério de maior desconto percentual, atrelado à Tabela SINAPI, garante que a administração pública consiga atender suas demandas de forma contínua, com preços justos e previsíveis, facilitando o gerenciamento dos contratos e a eficiência na execução dos serviços.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. A Contratada é responsável por cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas relacionados à execução adequada do objeto contratado. Isso inclui garantir a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme as especificações, prazos e localidades definidos no Termo de Referência e seus anexos, acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual devem constar informações como marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

10.2. A Contratada também deve se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, conforme previsto nos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Em caso de avarias ou defeitos, deve substituir, reparar ou corrigir o objeto, às suas próprias custas, dentro do prazo estipulado no Termo de Referência.

10.3. É importante ressaltar que a execução da garantia, incluindo a substituição de material/equipamento ou conserto, não acarretará, em nenhuma circunstância, ônus para a CONTRATANTE. Além disso, a CONTRATADA deve estender à CONTRATANTE o mesmo prazo de garantia concedido pelo fabricante do material/equipamento, quando este for superior ao estabelecido na Lei nº 8.078.

10.4. No caso de conserto, a garantia deve ser realizada por Assistência Técnica Autorizada, indicada pelo fabricante na documentação oficial apresentada pelo licitante durante o respectivo processo.

10.5. Caso essa Assistência Técnica Autorizada esteja impossibilitada de cumprir tal função, a garantia deverá ser executada por outra Assistência Técnica Autorizada, que também deverá ser indicada pelo fabricante, ou pelo próprio fabricante do material/equipamento.

10.6. Os materiais ofertados nas propostas de licitação deverão estar em total conformidade com as normas da ABNT e do INMETRO, dentre outros, no que couber, inclusive no que se refere aos prazos de fabricação dos referidos materiais, marca, modelo, etc.

10.7. A aquisição dos insumos utilizados nessas tarefas de manutenção da infraestrutura é essencial. Nesse sentido, a utilização dos preços da Tabela SINAPI como referência, em que o critério de julgamento da proposta do licitante é o maior desconto sobre os preços constantes da tabela, já é adotada atualmente por diversas instituições públicas em âmbito federal, estadual e municipal para a contratação de insumos empregados em diversas tarefas de manutenção da infraestrutura.

10.8. O uso de material improvisado em substituição ao especificado é estritamente proibido, e quaisquer adaptações que comprometam a qualidade do serviço não serão toleradas.

10.9. Materiais que não estejam de acordo com as especificações contidas na requisição serão recusados, e fica a critério da Contratante a elaboração de um relatório para registrar a recusa do insumo. A Contratada será formalmente comunicada sobre os materiais recusados e deverá providenciar sua retirada no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.10. A Contratada deve comunicar à Contratante, com a devida comprovação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto.

10.11. Durante toda a execução do contrato, a Contratada deve manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além de indicar um preposto para representá-la.

10.12. A Contratada é responsável por promover a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, conforme exigido pela legislação, incluindo pneus, pilhas, baterias, etc.

10.13. Ela também é responsável por qualquer dano causado à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente durante o fornecimento do objeto da licitação, não podendo alegar que a Administração realizou a fiscalização como motivo para excluir sua responsabilidade.

10.14. Todos os custos decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, incluindo tributos e despesas com frete, devem ser arcados pela Contratada, sem ônus para a Contratante, e os pagamentos devem ser efetuados conforme previsto em lei.

10.15. A licitante vencedora deve cumprir toda a legislação ambiental, de trânsito, trabalhista e de Segurança do Trabalho pertinentes à exploração, transporte, carga e descarga dos materiais licitados.

10.16. É de responsabilidade da contratada elaborar e implementar os Planos de Prevenção de Acidentes, Manejo Ambiental, Gerenciamento de Resíduos, Controle Médico de Saúde Ocupacional, Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção, assim como todos os planos e programas relacionados à atividade exercida.

10.17. As especificações dos bens entregues devem ser lançadas na Nota Fiscal de forma idêntica àquelas constantes na requisição fornecida pelo fiscal do contrato.

10.18. Assegurar todos os recursos necessários para garantir a plena operacionalidade do fornecimento, inclusive em situações de greve ou paralisação de qualquer natureza;

10.19. Assumir total responsabilidade por quaisquer perdas e danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, intencional ou negligente, sem prejuízo de outras penalidades contratuais ou legais aplicáveis;

10.20. A Contratada deve cumprir integralmente todas as obrigações estabelecidas no Edital, em seus anexos e em sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas relacionados à correta entrega do objeto, de acordo com as especificações, prazos e locais definidos no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

10.21. O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer ao material abandonado em suas dependências, podendo dar-lhe a destinação que julgar conveniente, após ter decorrido 30 (trinta) dias de abandono;

10.22. Fornecer os itens objeto dessa licitação aos preços auferidos com a aplicação do PERCENTUAL DE DESCONTO sobre os preços oficiais previstos nas tabelas atualizadas no SINAPI;

10.23. Será considerado a tabela SINAPI do mês da requisição ou a mais recente no momento da solicitação;

10.24. Em eventual ausência de insumo indispensável está na tabela SINAPI, utiliza-se § 1, art. 23 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

10.25. Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no

banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

10.26. Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

10.27. Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

10.28. Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

10.29. Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

10.30. Os preços dos insumos coletados, serão obrigatório a aplicação de desconto ofertado, não incluindo o frete e demais custos;

10.31. O método adotado deve ser explicitado no âmbito do processo de aquisição, abrangendo todos os requisitos necessários para a verificação da autenticidade, incumbindo ao servidor público do órgão a responsabilidade por tal diligência;

10.32. Na ausência de insumos elencados na tabela SINAPI, recomenda-se descrever o insumo a ser adquirido com máxima riqueza de detalhes e informações;

10.33. Orienta-se que o solicitante crie uma Ficha de Especificação Técnica de Insumo, seguindo o modelo SINAPI, que integrará o documento de pesquisa de mercado, com o objetivo de identificar as suas características, padronizando a pesquisa de preço e facilitando a sua utilização;

10.34. Deve-se observar com extrema atenção a fim de evitar a execução do procedimento anterior, em insumos constantes na tabela SINAPI, porém com descrição divergente em relação ao entendimento individual do servidor público encarregado da gestão das compras, conforme ilustrado no exemplo a seguir:

"Necessidade: BARRA DE ACO CHATA, RETANGULAR, 2" X 3/16" (50,8 MM X4,76 MM);

TABELA SINAPI:

Observação: Mesmo que não haja a descrição específica do insumo necessário, é possível identificar o insumo com o código 546, viabilizando a elaboração da descrição do insumo conforme a demanda, com especial atenção à quantidade a ser calculada;

Correto: código: 546; descrição do insumo: BARRA DE ACO CHATA, RETANGULAR, 2" X 3/16" (50,8 MM X4,76 MM) - 1,90 KG/M; unidade: KG; quantidade: 22,80 (2,00 barras X 6,00 de comprimento x peso específico)."

10.35. Na eventualidade de dúvidas acerca do insumo mencionado na tabela SINAPI, recomenda-se verificar suas características por meio da [Ficha de Especificação Técnica de Insumos](#);

10.36. Considerando a existência de insumos a serem calculados, podendo resultar em quantidades com mais de duas casas decimais, o que poderia ocasionar falhas no subtotal, recomendamos a utilização da fórmula de truncamento com duas casas decimais (= TRUNCAR(célula A1 X célula B1;2));

10.37. Não há impedimento para a inclusão de informações complementares nos insumos a serem adquiridos por meio da tabela SINAPI, como ilustrado nos exemplos a seguir:

"código: 43055; descrição do insumo: aço ca-50, 12,5 mm ou 16,0 mm, vergalhão; unidade: kg; quantidade: 80,89

código: 43055; descrição do insumo: aço ca-50, 12,5 mm, vergalhão (0,963 kg/m) - 07 barras de 12,00 m; unidade: kg; quantidade 80,89 (7,00 barras x 12,00 de comprimento x 0,963 peso específico)

código: 1379; descrição do insumo: cimento portland composto cp ii-32; unidade: kg; quantidade: 14.850,00

código: 1379; descrição do insumo: cimento portland composto cp ii-32 - 297 sacos de 50,00 kg; unidade: kg; quantidade 14.850,00 (quantidade x saco de 50,00 kg)

código: 7292; descrição do insumo: tinta esmalte sintético premium brilhante; unidade: l; quantidade: 14,40

Código: 7292; Descrição do insumo: TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM BRILHANTE - 04 LATAS DE 3,60 L DA COR AZUL; Unidade: KG; Quantidade 14,40 (quantidade x lata de 3,60 L)"

10.38. O desconto ofertado pela contratada e registrada no Sistema de Registro de Preços, deverá ser aplicado individualmente em cada valor unitário dos insumos da planilha de aquisição de insumos;

10.39. Considerando o desconto individual por valor unitário de insumo, podendo resultar em valores com mais de duas casas decimais, o que poderia ocasionar falhas no subtotal, recomendamos a utilização da fórmula de truncamento com duas casas decimais (= TRUNCAR(célula A1 X célula B1;2));

10.40. O truncamento envolve simplesmente descartar as casas decimais de um número, sem arredondar para cima ou para baixo. Em outras palavras, o truncamento corta as casas decimais além de um determinado ponto, resultando em um número truncado. Isso difere do arredondamento, que pode arredondar um número para cima ou para baixo, dependendo da casa decimal subsequente. Deste modo, atendendo ao mínimo de desconto ofertado pela contratada e registrada no Sistema de Registro de Preços.

10.41. **DAS GARANTIA DO SERVIÇO/MATERIAIS**

10.41.1. A contratada responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os art. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.41.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

10.41.3. A execução da garantia, incluindo a substituição de material/equipamento ou conserto, não acarretará, em nenhuma circunstância, ônus para a CONTRATANTE.

10.41.4. A CONTRATADA deverá estender à CONTRATANTE o mesmo prazo de garantia concedido pelo fabricante do material/equipamento, quando este for superior ao estabelecido na Lei nº 8.078.

10.41.5. A garantia, no caso de conserto, será realizada por Assistência Técnica Autorizada, indicada pelo fabricante na documentação oficial apresentada pelo licitante no respectivo processo.

10.41.6. Caso essa Assistência Técnica Autorizada esteja impossibilitada de cumprir tal função, a garantia deverá ser executada por outra Assistência Técnica Autorizada, que também deverá ser indicada pelo fabricante, ou pelo próprio fabricante do material/equipamento.

10.41.7. **Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses contados da data entrega (descrita em cada embalagem).**

a) Na embalagem do produto:

- b) Nome do produto;
- c) Nome comercial;
- d) Data de fabricação e prazo de validade;
- e) Identificação da partida de fabricação;
- f) Nome e endereço do fabricante;
- g) Quantidade contida no recipiente, em litro.
- h) Nome do químico responsável e o número de identificação no Conselho Regional dos Químicos, quando necessário.

10.41.8. A CONTRATADA deverá encaminhar materiais para análise e testes, e responder qualquer questionamento, quanto a qualidade do material, quando necessário;

10.42. **INÍCIO DA EXECUÇÃO E PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS**

10.42.1. O início da prestação dos materiais/serviços (**FORNECIMENTO**) pela empresa contratada deverá ocorrer após a publicação da ata de registro de preços no DOE.

10.43. **Critérios de aceitabilidade:**

10.43.1. Devem estar em conformidade com normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como resistência e durabilidade.

10.43.2. Preços e especificações devem seguir a Tabela SINAPI para garantir a adequação econômica e técnica.

10.43.3. Materiais devem ser uniformes em textura, cor e acabamento, além de não apresentarem defeitos visíveis (trincas, quebras, etc.).

10.43.4. Devem atender a requisitos de resistência mecânica (compressão, peso e impacto);

10.43.5. Devem atender às normas ABNT e SINAPI, com foco em resistência, uniformidade e durabilidade.

10.43.6. Precisam de conformidade com normas como NBR 5410, certificação INMETRO, e segurança no isolamento para evitar acidentes.

10.43.7. Devem seguir normas ABNT e apresentar estanqueidade e resistência à corrosão, além de certificação para água potável.

10.43.8. **Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses contados da data entrega (descrita em cada embalagem).**

- a) Na embalagem do produto:
- b) Nome do produto;
- c) Nome comercial;
- d) Data de fabricação e prazo de validade;
- e) Identificação da partida de fabricação;
- f) Nome e endereço do fabricante;
- g) Quantidade contida no recipiente, em litro.
- h) Nome do químico responsável e o número de identificação no Conselho Regional dos Químicos, quando necessário.

10.43.9. A CONTRATADA deverá encaminhar materiais para análise e testes, e responder qualquer questionamento, quanto a qualidade do material, quando necessário;

10.44. **REGIME DE FORNECIMENTO:**

10.44.1. Em atendimento ao disposto no art. 121 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, fica estabelecido o percentual de 5% como quantitativo mínimo a ser contratado pelos órgãos gerenciador, e não participantes, com base no valor total pactuado com a empresa vencedora do certame.

10.44.2. A fixação desse percentual tem como objetivo garantir a continuidade e a eficiência no fornecimento dos materiais, especialmente os relacionados à aquisição com base na Tabela SINAPI, assegurando que o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO) disponha de uma base inicial de suprimentos capaz de atender às demandas imediatas e de iniciar suas atividades sem interrupções.

10.44.3. Esse quantitativo mínimo proporciona à Coordenação de Logística maior previsibilidade e segurança no planejamento operacional, ao mesmo tempo em que mantém a flexibilidade necessária para adequações conforme as demandas reais que venham a surgir ao longo da vigência contratual, fixada em 12 (doze) meses. A definição de um percentual mínimo também fortalece o compromisso do fornecedor com a pronta execução das ordens de fornecimento, garantindo o fluxo contínuo de insumos essenciais às obras e serviços executados pelo DER/RO.

10.44.4. Considerando o caráter variável e imprevisível das demandas de manutenção e reformas prediais, o fornecimento dos materiais será realizado de **FORMA ESCALONADA E SOB DEMANDA**, com entregas efetuadas mediante solicitação formal da Coordenação de Logística. Para assegurar o bom andamento das operações, o prazo máximo para atendimento será de até **10 (dez) dias corridos a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento**.

10.44.5. Esse regime de fornecimento contínuo e flexível alinha-se aos objetivos de otimizar o uso de recursos públicos e atender com precisão às necessidades do DER/RO. Dessa forma, é possível garantir uma resposta ágil e eficiente às demandas, assegurando a continuidade e eficácia das obras de manutenção e reformas predial.

10.45. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

10.45.1. A CONTRATADA deverá observar e cumprir, sempre que aplicável, os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, em conformidade com as diretrizes do Decreto n.º 21.264, de 20 de setembro de 2016, bem como demais normativas e políticas públicas voltadas para a redução de impactos ambientais e promoção do consumo sustentável.

10.45.2. Todos os produtos fornecidos deverão atender integralmente às normas e especificações técnicas vigentes, incluindo aquelas estabelecidas por órgãos reguladores e de normalização, tais como: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), International Organization for Standardization (ISO), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Saúde. O cumprimento dessas diretrizes assegura que os produtos comercializados apresentem qualidade, segurança e conformidade regulatória, alinhando-se às melhores práticas do mercado.

- 10.45.3. Além disso, visando a minimização dos impactos ambientais e a promoção de um modelo de fornecimento sustentável, os produtos fornecidos devem, preferencialmente:
- 10.45.4. Ser fabricados total ou parcialmente com materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme as especificações das normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, de forma a reduzir o consumo de recursos naturais e fomentar a economia circular;
- 10.45.5. Possuir certificação do INMETRO que ateste sua classificação como produto sustentável ou que demonstre um menor impacto ambiental em comparação a produtos similares convencionais, incentivando o desenvolvimento de tecnologias mais limpas e eficientes;
- 10.45.6. Ser acondicionados em embalagens otimizadas, preferencialmente individuais, com volume reduzido e fabricadas com materiais recicláveis, garantindo a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, sem comprometer a sustentabilidade da cadeia produtiva;
- 10.45.7. Estar isentos de substâncias perigosas em concentrações superiores aos limites estabelecidos pela diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), restringindo a presença de elementos como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs), que são prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.
- 10.45.8. Além do atendimento aos requisitos de sustentabilidade incorporados na descrição do objeto contratual, a CONTRATADA deverá observar e seguir as diretrizes estabelecidas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, promovendo boas práticas ambientais ao longo de toda a cadeia de suprimentos.
- 10.45.9. A adoção dessas medidas visa garantir a responsabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços, incentivando a inovação, a eficiência e a redução dos impactos ambientais associados às atividades da Administração Pública, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e desenvolvimento sustentável
- 10.45.10. Na aquisição de materiais conforme a Tabela SINAPI, é essencial adotar critérios de sustentabilidade ambiental, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Lei 14.133/2021. A empresa contratada deverá assegurar práticas sustentáveis ao longo de todo o processo produtivo, abrangendo desde a extração de matérias-primas até o fornecimento final dos produtos.
- 10.45.11. Em relação ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, apresentamos alguns pontos a ser seguidos:
- 10.45.12. Tecnologia de aplicação eficiente: Equipamentos modernos de aplicação dos materiais, como equipamentos elétricos, que promovam eficiência energética (como lâmpadas LED e sensores de presença). Para materiais hidrossanitários, a preferência é por equipamentos que permitam economia de água, como torneiras com redutores de vazão e válvulas de descarga de baixo consumo.
- 10.45.13. Reciclagem e disposição adequada: Práticas de trabalho sustentáveis, como a reciclagem de uso de materiais recicláveis e reciclados na construção civil, como tubos e conexões de PVC reciclado, metais ou outros componentes que possam ser reutilizados ou reciclados ao final de sua vida útil.
- 10.45.14. Alternativas de baixo COVs: Para produtos que envolvem processos químicos, como tintas e acabamentos, deve-se dar preferência aos que emitam menos compostos orgânicos voláteis (COVs) ou poluentes tóxicos.
- 10.45.15. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.
- 10.45.16. A Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, deve ser observada no que tange ao uso de substâncias químicas e práticas produtivas que possam gerar impactos negativos ao meio ambiente. As empresas fornecedoras devem adotar processos que garantam a gestão adequada de resíduos, reduzam a emissão de poluentes e conservem os recursos naturais.
- 10.45.17. A responsabilidade pela conformidade com as normas ambientais vigentes recai sobre a empresa contratada, que deverá garantir que todos os materiais adquiridos sigam padrões sustentáveis, sem causar degradação ao meio ambiente. Dessa forma, o processo de aquisição de materiais da Tabela SINAPI deverá promover a proteção do meio ambiente e incentivar práticas produtivas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Referência ao Estudo Técnico Preliminar (0058893610)

11.1. EXECUÇÃO DO OBJETO:

- 11.1.1. A execução do objeto deve ocorrer conforme a demanda e a necessidade das unidades administrativas da instituição, respeitando os prazos definidos em cada ordem de fornecimento. O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de registro de preços (ARP). Isso visa garantir o atendimento eficiente e contínuo das necessidades ao longo da vigência do contrato, otimizando a logística e a gestão de estoque. O modo de execução por meio de ARP permite flexibilidade e economia, assegurando o fornecimento sob demanda e evitando desperdícios ou sobrecarga de estoque.
- 11.1.2. A adoção da execução parcelada permite melhor planejamento e gestão do estoque de materiais, reduzindo custos com armazenamento e garantindo o suprimento contínuo conforme a necessidade real da administração. Além disso, o registro de preços é o mecanismo mais adequado para aquisição de materiais com características padronizadas e de uso recorrente, como os previstos na Tabela Sinapi.
- 11.1.3. Necessidade de amostras, prova de conceito ou outros testes, apresentação de certificação, laudo ou documento similar:
- 11.1.4. Considerando que os materiais a serem adquiridos são padronizados e regulamentados pela Tabela Sinapi, que estabelece normas e especificações técnicas amplamente conhecidas e utilizadas no setor de construção e manutenção de edificações, não há a necessidade de amostras ou provas de conceito. Os fornecedores já devem, por exigência contratual, atender aos requisitos técnicos e normativos da Tabela Sinapi, garantindo a qualidade dos materiais.
- 11.1.5. A ausência da necessidade de amostras justifica-se pela natureza dos itens, que são padronizados e regulamentados por normas técnicas consolidadas (Tabela Sinapi). Exigir amostras seria redundante e resultaria em custos adicionais e desnecessários, uma vez que todos os fornecedores devem, obrigatoriamente, cumprir os padrões estabelecidos.
- 11.1.6. Demais informações essenciais voltadas ao objeto:
- 11.1.7. Os materiais a serem adquiridos abrangem categorias básicas, elétricas, hidrossanitárias e de rede lógica/informática, conforme especificações técnicas da Tabela Sinapi. Todos os itens devem estar em conformidade com as normas de qualidade e segurança aplicáveis, sendo de responsabilidade do fornecedor a garantia do cumprimento das normas vigentes, incluindo certificações obrigatórias quando aplicáveis. A entrega dos materiais deverá ocorrer de forma eficiente, garantindo que o cronograma das obras e manutenções não seja comprometido.
- 11.1.8. É essencial que os materiais estejam de acordo com as especificações técnicas da Tabela Sinapi e as normas de qualidade pertinentes, para assegurar a segurança e eficiência nas obras e manutenções realizadas. Essa exigência visa garantir a integridade dos projetos e a

otimização dos recursos públicos, assegurando a conformidade técnica e normativa de todos os materiais fornecidos.

11.2. **INÍCIO DA EXECUÇÃO E PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS**

11.3. O início da prestação dos materiais/serviços (**FORNECIMENTO**) pela empresa contratada deverá ocorrer após a publicação da ata de registro de preços no DOE.

11.4. **REGIME DE FORNECIMENTO**

11.4.1. Em atendimento ao disposto no art. 121 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, fica estabelecido o percentual de 5% como quantitativo mínimo a ser contratado pelos órgãos gerenciador, e não participantes, com base no valor total pactuado com a empresa vencedora do certame.

11.4.2. A fixação desse percentual tem como objetivo garantir a continuidade e a eficiência no fornecimento dos materiais, especialmente os relacionados à aquisição com base na Tabela SINAPI, assegurando que o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO) disponha de uma base inicial de suprimentos capaz de atender às demandas imediatas e de iniciar suas atividades sem interrupções.

11.4.3. Esse quantitativo mínimo proporciona à Coordenação de Logística maior previsibilidade e segurança no planejamento operacional, ao mesmo tempo em que mantém a flexibilidade necessária para adequações conforme as demandas reais que venham a surgir ao longo da vigência contratual, fixada em 12 (doze) meses. A definição de um percentual mínimo também fortalece o compromisso do fornecedor com a pronta execução das ordens de fornecimento, garantindo o fluxo contínuo de insumos essenciais às obras e serviços executados pelo DER/RO.

11.4.4. Considerando o caráter variável e imprevisível das demandas de manutenção e reformas prediais, o fornecimento dos materiais será realizado de **FORMA ESCALONADA E SOB DEMANDA**, com entregas efetuadas mediante solicitação formal da Coordenação de Logística. Para assegurar o bom andamento das operações, o prazo máximo para atendimento será de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

11.4.5. Esse regime de fornecimento contínuo e flexível alinha-se aos objetivos de otimizar o uso de recursos públicos e atender com precisão às necessidades do DER/RO. Dessa forma, é possível garantir uma resposta ágil e eficiente às demandas, assegurando a continuidade e eficácia das obras de manutenção e reformas predial.

11.5. **DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DE BENS DE CONSUMO**

11.5.1. Os materiais de construção devem ser entregues no prazo estipulado no Edital e seus anexos, após o recebimento da nota de empenho e ordem de fornecimento.

11.5.2. Somente serão recebidos produtos em perfeito estado de conservação, sem qualquer defeito aparente.

11.5.3. O fornecimento dos itens somente será considerado concluído e em condições de ser recebido depois de cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela Comissão de Recebimento designada pela Administração;

11.5.4. A conferência dos materiais será realizada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, devendo esta em conformidade com [art. 140, inciso II da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#).

11.5.5. Caso os itens fornecidos sejam insatisfatórios, será lavrado um Termo de Recusa, no qual serão registradas as não conformidades em relação às especificações. Nessa situação, o material em desacordo será rejeitado, sendo necessário retirá-lo e substituí-lo dentro do prazo estabelecido no item 10 deste Termo de Referência. Durante esse período, serão realizadas novamente as verificações referentes aos itens mencionados. Destaca-se que o pagamento da nota fiscal/fatura será suspenso até a conclusão das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo, decorrente do atraso na entrega verificado nessa hipótese.

11.5.6. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho do objeto contratado, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o período de garantia.

11.6. **DO PRAZO DE ENTREGA:**

11.6.1. O prazo de entrega estabelecido é de 30 dias corridos para situações não emergenciais e de grande montante. No entanto, em casos de emergência, que também possam envolver grande quantidade, o prazo é reduzido para 10 dias corridos.

11.6.2. No caso de o prazo máximo coincidir com um final de semana ou feriado, a entrega deve ser efetuada no dia útil anterior.

11.6.3. A solicitação de entrega parcial deve ser feita com, no mínimo, 3 dias de antecedência em relação à data de vencimento, visto que requer aprovação pelo ordenador de despesa.

11.6.4. A entrega dos objetos deverá ser realizada no balcão indicado pelo fornecedor, em cada uma das localidades apontadas nos lotes no item 7 lote deste ETP - Estudo Técnico Preliminar 11 (0058893610). Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.

11.6.5. Materiais retirados na jazida, sem inclusão de transporte, devem ser verificados no mercado para avaliar se o valor registrado pela SINAPI é equivalente ao valor do insumo com entrega. Caso não haja conformidade, recomenda-se empregar o método de cálculo de transporte adotado pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER.

11.6.6. A Ata de Registro de Preços permite a aquisição de ferramentas. No caso de compra de equipamentos, é necessário verificar a disponibilidade dos mesmos dentro da SINAPI. Em situações em que não estejam contemplados, é preciso seguir os procedimentos estabelecidos para pesquisas de mercado.

11.6.7. **DO LOCAL DE ENTREGA:** A entrega do objeto se realizará nas seguintes localidades:

11.6.7.1. *A entrega dos objetos deverá ser realizada no balcão indicado pelo fornecedor, em cada uma das localidades apontadas nos lotes. Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.*

11.6.7.2. *Materiais retirados na jazida, sem inclusão de transporte, devem ser verificados no mercado para avaliar se o valor registrado pela SINAPI é equivalente ao valor do insumo com entrega. Caso não haja conformidade, recomenda-se empregar o método de cálculo de transporte adotado pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER.*

11.6.8. A Ata de Registro de Preços permite a aquisição de ferramentas e equipamentos. No caso de compra de equipamentos, é necessário verificar a disponibilidade dos mesmos dentro da SINAPI. Em situações em que não estejam contemplados, é preciso seguir os procedimentos estabelecidos para pesquisas de mercado.

11.6.9. Com o propósito de garantir o fornecimento dos materiais necessários para atender a essas demandas, nos termos dos itens **11.6.7.1** e **11.6.7.2**, segue os quadros a seguir:

LOTES	DESCRIÇÃO / TIPO DE MATERIAIS	LOCALIDADES
1	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	PORTO VELHO, EXTREMA
2	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
3	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE
4	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA,
5	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)
6	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS
7	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO/HIDROSSANITÁRIO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.	PORTO VELHO, EXTREMA
8	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
9	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE
10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE
11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES
12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS
13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO	PORTO VELHO

RESIDÊNCIAS REGIONAIS				
Residência Regional	Endereço	Localidade	Telefones	E-mail
1ª Residência Regional	Rua Amapá nº 5329, Bairro São José - Cep 76.993-970	Colorado do Oeste	(69)3341-2177	residenciadecolorado@gmail.com
2ª Residência Regional	Rua Vimerê nº 2188, Setor 04 - Cep 76.873-463	Ariquemes	(69)3535-2987	residenciaariquemes.der@hotmail.com
3ª Residência Regional	Rua Burareiro S/N, Setor Industrial - Cep 76-920-000	Ouro Preto	(69)3461-2549	residenciaopo@outlook.com
4ª Residência Regional	Rua Rondônia nº 1078, Bairro Incra - Cep 76.965-872	Cacoal	(69)3461-2549	residenciacacoal@der.ro.gov.br
5ª Residência Regional	Av. Sete de Setembro nº 5490, Bairro Boa Esperança - Cep 76.940-000	Rolim de Moura	(69)3442-1619 (69)3442-2321	residenciarolimdemoura.der@gmail.com
6ª Residência Regional	RO 133 nº 4041 - Cep 76.868-000	Machadinho do Oeste	(69)3581-3429	der.machadinho@hotmail.com
7ª Residência Regional	Av. Independência S/N, Bairro Alto Alegre - Cep 76.930-000	Alvorada	(69)3412-2565	7rr.alvorada.p@gmail.com
8ª Residência Regional	Br 364 Km 08, Setor Rural - Cep 76.900-000	Ji-Paraná	(69)3416-4822 (69)3423-8055	residenciaregionaldejiparana@gmail.com
9ª Residência Regional	Av. Jo Sato nº 1280, Bairro Bela Vista	Vilhena	(69)3321-2901	residenciavilhena.der@gmail.com
11ª Residência Regional	Rua Rui Barbosa nº 250, Bairro Beira Rio - Cep 76.970-970	Pimenta Bueno	(69)3451-3405	der2017.pimentabueno@gmail.com
12ª Residência Regional	Rua Tapajós nº 3963, Setor 02 - Cep 76.890-000	Jaru	(69)3521-1553	residenciajaru.der@gmail.com
13ª Residência Regional	Rua Antônio Lacerda nº 4168, Setor Industrial - Cep 76.821-038	Porto Velho	(92)9401-8545	residenciaportovelho@der.ro.gov.br
14ª Residência Regional	BR 364, 1040, Distrito de Extrema, Município de Porto Velho - RO, com coordenadas geográficas -9°46'18,36599"S-66°20'43,24409"W	Extrema	(69) 992617066	der14rrextrema@gmail.com
15ª Residência Regional	Av. Ayrton Sena nº 3766, Setor Industrial - Cep 76.880-000	Buritis	(69)3238-3690	derdeburitis@hotmail.com

16ª Residência Regional	Rua Dom João nº 3436, Bairro Cidade Baixa	São Francisco	(69)3621-2399	dersaofrancisco@hotmail.com
USINAS DE ASFALTO				
Residência Regional	Endereço	Localidade	Telefones	E-mail
Usina de Asfalto	Ro 257 Km 03 S/N, Zona Ruaral	Ariquemes	(69)3223-0404	usinader@gmail.com usinaderportovelho@gmail.com
Usina de Asfalto	Av. Edson Lima nº 3835, Bairro Jorge Teixeira	Ji-Paraná	(69)3424-1059	usinaasfaltojipa@outlook.com
Usina de Asfalto	Rua Morumbi Esquina com Paranaíba S/N	Rolim de Moura	(69)98424-8313	usinarolim.der@gmail.com der.usina.cbuqrm@hotmail.com
Usina de Asfalto	Ro 463 (Pátio da Coajaja), Zona Rural	Jaru	(69)99205-9667	usinajaru.der@gmail.com
Usina de Asfalto	Lote 31 LH 04, Setor Prosperidade	Cacoal	(69)98437-0633	Der.usinacacoal@gmail.com
Usina de Asfalto	Setor 13 Quadra 07, Lote 01	Vilhena	(69)99907-4773	usinavha@gmail.com

11.7. **DO RECEBIMENTO:** Em conformidade com o inciso II, do artigo 140, da Lei 14.133, de 2021, o recebimento do objeto ocorrerá da seguinte forma:

- a) **PROVISORIAMENTE**, em até 10 (dez) dias corridos após a entrega dos materiais, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.
- b) **DEFINITIVAMENTE**, em até 15 (quinze) dias corridos após a entrega dos materiais ou 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Referência ao Estudo Técnico Preliminar (0058893610).

12.1. A aquisição de insumos diversos, destinados ao atendimento das demandas de serviços comuns de engenharia, executados diretamente por equipe própria, em edificações sob responsabilidade do Poder Executivo Estadual, será realizada com base nas planilhas de insumos constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). Essa aquisição observará rigorosamente as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos, garantindo padronização, economicidade e transparência no processo.

12.2. O SINAPI é um sistema mantido pela Caixa Econômica Federal (CEF), em conformidade com definições técnicas de engenharia estabelecidas pela própria instituição. A formação de seus preços é baseada em pesquisas periódicas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assegurando atualidade e aderência aos custos praticados no mercado.

12.3. O **SINAPI** é composto por duas tabelas referenciais principais:

12.4. **SERVIÇOS:** contempla a composição dos custos unitários de diferentes tipos de serviços de engenharia, considerando insumos, produtividade e encargos.

12.5. **INSUMOS:** apresenta os preços unitários dos materiais, equipamentos e mão de obra utilizados na construção civil.

12.6. Para efeito de registro de preços, serão consideradas integralmente as tabelas de insumos do SINAPI, abrangendo todos os itens catalogados em suas publicações. Essa abordagem visa garantir ampla cobertura de materiais e uniformidade nos orçamentos e planejamentos de obras e serviços.

12.7. Os preços a serem registrados seguirão os valores estabelecidos na tabela de referência específica para o Estado de Rondônia, sendo aplicáveis a todos os municípios do estado, conforme atualização vigente.

12.8. Serão utilizados os **preços desonerados** da Tabela SINAPI para a região de Rondônia, garantindo a economicidade e a proporcionalidade dos preços praticados no mercado local.

12.9. **Importante destacar que a metodologia de julgamento das propostas considerará o maior percentual de desconto ofertado pelas empresas com base nos preços unitários dos insumos constantes na Tabela SINAPI (desonerada), e não sobre o valor global estimado da contratação.** Tal critério visa assegurar maior objetividade, isonomia entre os licitantes e aderência aos preços praticados no mercado.

12.10. As tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), referentes ao Estado de Rondônia, são fundamentais para a correta estimativa de custos em obras e serviços de engenharia. Essas tabelas trazem os preços atualizados de insumos e composições, possibilitando maior precisão e transparência na elaboração de orçamentos. Para consulta e obtenção das tabelas específicas de Rondônia. (ID. 0059134974).

12.11. Em caso de dúvidas sobre as características de qualquer insumo listado na tabela SINAPI, é imprescindível consultar a **Ficha de Especificação Técnica de Insumos**, documento que detalha as especificações e parâmetros técnicos de cada item.

12.12. Para estimar o valor dos itens a serem contratados anualmente, utilizaremos com base a estimativa de itens definidos anteriormente, conforme Planilha - Materiais mais demandados (0047863545), e valor monetário projetado para as residências e usinas de asfalto deste DER-RO.

12.13. Os Mapas de Preços dos itens, foram elaborados de acordo como o que dispõe a Art. 23, §2º, inciso I da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por meio de consulta a tabela oficial, como a SINAPI/RO, conforme art. 54 §1º, inciso I do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

12.14. **O valor global estimado a ser contratado anualmente é de R\$ 7.874.685,42 (sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).**

12.15. O quantitativo necessário para atender plenamente as demandas deste departamento no exercício de 2025 é estimado em **R\$ 7.874.685,42** (sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Esse montante foi calculado com base nos processos de aquisições e remanejamentos já realizados e previstos, conforme detalhado na "Estimativa das Quantidades", Item 6 deste Estudo Técnico.

12.16. Foi utilizado o valor de **R\$ 5.900.090,06** (cinco milhões, novecentos mil e noventa reais e seis centavos), por meio de aquisições e remanejamentos que cobriram parte das necessidades do departamento. Adicionalmente, há uma previsão de utilização de **R\$ 1.974.595,36** (um milhão, novecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos), que será destinada à continuidade dos serviços e às demandas futuras.

12.17. Esse valor total será fundamental para garantir o pleno atendimento das demandas do departamento durante o exercício de 2025, cobrindo tanto as necessidades de manutenção quanto as expansões previstas. Dessa forma, assegura-se que todos os recursos estejam devidamente alocados para as atividades da autarquia no próximo ano fiscal.

12.18. **Justificativa de Preços com Base na Tabela SINAPI**

12.19. Com base nos materiais para manutenção de bens imóveis constantes da tabela do SINAPI, foi identificada alguma formas de aquisição dos insumos no mercado, pelos órgãos da Administração Pública. Convém destacar que a presente demanda não se constitui inovação na Administração Pública. Desta forma, conclui-se que há um mercado estabelecido para as aquisições dos referidos insumos.

12.20. Para se identificar a solução adequada foi realizada uma análise comparativa de soluções disponíveis no mercado, visando elencar as alternativas para atendimento à demanda, considerando além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação.

12.21. A solução mercadológica disponível, consolidada e amplamente utilizada pelos órgãos públicos é a aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis por meio de pregão eletrônico. Assim, identificamos e analisamos as principais alternativas:

12.22. Aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis por itens:

12.23. Essa alternativa consiste na realização de licitação mediante a elaboração de uma lista contendo todos os materiais a serem adquiridos (necessidade). Após a definição e descrição dos itens, é conduzida uma pesquisa de preços em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL. Este processo resulta na necessidade de conduzir uma extensa pesquisa de mercado para múltiplos itens, o que pode ocasionar a inclusão de itens sem êxito na licitação. Tal licitação pode ser realizada na modalidade pregão eletrônico ou pregão eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços. Os licitantes vencedores são os que oferecem os menores preços para cada item da licitação.

12.24. Aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis por grupo de classes de acordo com a tabela do SINAPI:

12.25. Essa alternativa consiste na realização de licitação agrupando-se os insumos da tabela do SINAPI em classes por afinidade. Cada lote da licitação corresponde a um conjunto de classes (famílias) da tabela. Após a definição dos lotes o órgão faz o levantamento estimativo dos valores a serem empenhados em cada item, durante a vigência da ata de registro de preços. Vence o item da licitação o licitante que oferecer o maior desconto para cada item, obtendo-se assim o melhor preço. Tal licitação se assemelha a aquisição de materiais com base em maior desconto em relação a tabela.

12.26. Verifica-se a necessidade da utilização do critério de maior desconto, tendo em vista que os itens que são baseados na Tabela SINAPI desonerada, correspondem a uma classe de materiais. Ou seja, não é possível definir um preço de referência, pois cada item se destina a vários materiais da mesma classe, com valor diversos, disponíveis na Tabela SINAPI/RO.

12.27. O objeto da contratação não trata de aquisições de materiais isolados dentro das classes definidas na Tabela SINAPI/RO. Não há previsão de aquisições volumosas de materiais isolados, mas sim de uma diversificação considerável, de acordo com as demandas do complexo prisional, levantado pela Coordenadoria de Infraestrutura, ressaltando, portanto, a vantajosidade da utilização da Tabela SINAPI.

12.28. Levando em conta o descrito no item anterior, não haverá prejuízos para a administração decorrentes das limitações da pesquisa de preços do IBGE, que não consideram altos volumes de compra.

12.29. A utilização da Tabela SINAPI é imprescindível para a elaboração do presente processo licitatório, tendo em vista o princípio da eficiência, a capacidade de gestão e a impossibilidade de listar todos os materiais que virão a ser demandados.

12.30. Ressalta-se que todos os preços e cálculos apresentados têm caráter público, não se tratando de orçamento sigiloso. Dessa forma, toda a documentação comprobatória segue em anexo, garantindo transparência e conformidade com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência que regem a Administração Pública.

ITENS	LOTES	LOCALIDADES	ARP Nº 209/2023	AQUISIÇÃO ATRAVÉS DA ATA Nº 209/2023	PREVISÃO DE UTILIZAÇÃO DA ARP Nº209/2023
1	1	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI, ITAPUÃ DO OESTE	R\$ 1.565.324,42	R\$ 1.352.693,60	R\$ 212.630,82
2	3	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE, ALTO PARAÍSO, CACAULÂNDIA, CAMPO NOVO DE RO, CUJUBIM, MONTE NEGRO, RIO CRESPO	R\$ 1.113.165,09	R\$ 599.124,19	R\$ 514.040,90
3	4	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ, VALE DO ANARI, VALE DO PARAÍSO	R\$ 1.517.952,39	R\$ 1.189.582,88	R\$ 328.369,51
4	5	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA, ALTA FLORESTA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, CASTANHEIRAS, MINISTRO ANDREAZZA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO HORIZONTE, PARECIS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA, SÃO FELIPE	R\$ 1.214.361,91	R\$ 1.108.016,00	R\$ 106.346,31
5	6	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTAS MARQUES, SERINGUEIRAS	R\$ 303.590,47	R\$ 250.000,00	R\$ 53.590,47
6	7	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CHUPINGUAIA, CORUMBIARA, PIMENTEIRAS DO OESTE	R\$ 1.214.361,91	R\$ 1.100.00,00	R\$ 114.361,91

7	8	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI	R\$ 199.994,53	R\$ 168.203,58	R\$ 31.790,95
8	10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE, ALTO PARAÍSO, CACAULÂNDIA, CAMPO NOVO DE RO, CUJUBIM, MONTE NEGRO, RIO CRESPO, ITAPUÁ DO OESTE	R\$ 153.120,21	R\$ 50.673,90	R\$ 102.446,31
9	11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ, VALE DO ANARI, VALE DO PARAÍSO	R\$ 153.120,21	R\$ 78.342,43	R\$ 74.777,78
10	12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA, ALTA FLORESTA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, CASTANHEIRAS, MINISTRO ANDREAZZA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO HORIZONTE, PARECIS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA, SÃO FELIPE	R\$ 153.120,21	R\$ 0,00	R\$ 153.120,21
11	13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTAS MARQUES, SERINGUEIRAS.	R\$ 87.497,56	R\$ 3.454,48	R\$ 84.044,38
12	14	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CHUPINGUAIA, CORUMBIARA, PIMENTEIRAS DO OESTE	R\$ 153.120,21	R\$ 0,00	R\$ 153.120,21
13	15	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO. PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI.	R\$ 45.956,00	R\$ 0,00	R\$ 45.956,00

LOTE	DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E LOCALIDADES	DEMANDAS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA		MANUTENÇÃO PREDIAL		CABEAMENTO ESTRUTURADO	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
		BÁSICO E ACABAMENTO	ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	BÁSICO E ACABAMENTO	ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS			
1	PORTO VELHO, EXTREMA	-	-	1.565.324,42	199.994,53	45.956,00	90.563,74	1.811.274,95
2	GUAJARA-MIRIM, NOVA MAMORÉ	-	-	-	-	-	-	-
3	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO D'OESTE	-	-	1.113.165,09	153.120,21	-	63.314,65	1.266.285,30
4	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE	-	-	1.517.952,39	153.120,21	-	83.553,63	1.671.072,60
5	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE	-	-	1.214.361,91	153.120,21	-	68.374,10	1.367.482,12
6	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES	-	-	303.590,47	87.497,86	-	19.554,41	391.088,33
7	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS	-	-	1.214.361,91	153.120,21	-	68.374,10	1.367.482,12
TOTAIS		-	-	R\$ 5.363.431,77	R\$ 899.973,23	R\$ 45.956,00	393.734,63	R\$ 7.874.685,42

12.31. Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 28.874/2024, que estabelece o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias entre a elaboração da pesquisa de mercado e a publicação do edital, e visando assegurar a compatibilidade com os valores praticados pelo mercado, justifica-se a adoção da Tabela SINAPI como referência para a composição dos preços, com a aplicação de descontos sobre os valores dessa

tabela, pelos seguintes motivos:

12.32. Reconhecimento Legal e Técnico – O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido em parceria entre o IBGE e a Caixa Econômica Federal, é amplamente reconhecido como parâmetro confiável para orçamentos públicos, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações) e em normativas estaduais.

12.33. Atualização Periódica e Base para Descontos – A tabela SINAPI é **ATUALIZADA MENSALMENTE**, garantindo a aderência aos valores de mercado. A aplicação de descontos sobre esses valores permitirá a competitividade e economicidade do processo licitatório, ajustando-se às condições reais de mercado e às estratégias comerciais dos licitantes.

12.34. A utilização do SINAPI como base para descontos assegura neutralidade e equidade, evitando distorções na cotação de insumos. Essa prática está em conformidade com o **Art. 51 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024**, que determina a realização de pesquisas de preços de forma ampla e fundamentada.

12.35. Conforme destacado, o orçamento atual foi elaborado com base em **QUANTITATIVOS** estimados a partir de registros anteriores (Ata de Registro de Preço nº 209/2023/SUPEL-RO), sendo inviável precisar o percentual de desconto aplicado naquela ocasião. Dessa forma, a tabela SINAPI, com a flexibilidade de descontos, serve como base técnica e competitiva, permitindo que o mercado apresente propostas vantajosas dentro de parâmetros seguros.

12.36. A adoção de um índice oficial como o SINAPI, com a possibilidade de descontos, reduz riscos de questionamentos, pois sua metodologia é consolidada e aceita pelos órgãos de controle. Além disso, atende ao § 3º do Art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que exige justificativa clara para a escolha da fonte de pesquisa, garantindo que as propostas estejam dentro de um **padrão de referência confiável**.

12.37. A utilização da Tabela SINAPI como base para aplicação de descontos neste empreendimento atende plenamente aos requisitos legais, garantindo confiabilidade, atualidade, competitividade e **conformidade** com as melhores práticas de mercado. A estratégia assegura que os preços finais sejam adequados à realidade econômica, sem prejuízo da economicidade e transparência do processo licitatório.

12.38. A execução do objeto em municípios distintos implica em custos logísticos diferenciados (transporte, deslocamento de equipes, condições de acesso, etc.), impactando diretamente nos valores unitários.

12.39. Fatores locais, como disponibilidade de insumos, mão de obra especializada, exigências técnicas adaptadas à realidade de cada região ou exigências normativas municipais, podem demandar adequações nos custos.

12.40. A divisão em lotes permite otimizar recursos conforme a demanda de cada área, viabilizando a aplicação de valores proporcionais à complexidade ou ao volume de serviços/entregas em cada localidade.

12.41. Ressalta-se que a estruturação em lotes e a previsão de valores distintos por município atendem ao princípio da economicidade, garantindo maior precisão nos orçamentos e evitando sobrecustos ao erário.

12.42. O órgão consulente, no exercício de sua discricionariedade, optou por essa modelagem para assegurar a fiel execução do objeto, conforme as diretrizes do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e do art. 26 da Lei nº 14.133/2021 (LIC).

12.43. A Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços, da Superintendência Estadual de Licitações (SUPEL), valida a pesquisa de preços realizada no Estudo Técnico Preliminar, a fim de verificar se a pesquisa observou os critérios e metodologias dispostas no Capítulo III, Seção II, da [Instrução Normativa n.º 01/2024/SUPEL-CPEAP](#).

12.44. **PORTANTO, o valor global estimado a ser contratado anualmente é de R\$ 7.874.685,42 (sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).**

13. DA POSSIBILIDADE DE PREVER PREÇOS DIFERENTES

Referência ao Estudo Técnico Preliminar (0058893610)

13.1. O setor de construção civil é altamente suscetível a variações de preço, influenciado por fatores como inflação, sazonalidade e mudanças na oferta e demanda de materiais. Isso torna difícil prever um preço fixo a longo prazo sem considerar a possibilidade de ajustes. Em cenários de instabilidade econômica, essa variação se torna ainda mais expressiva.

13.2. Nos contratos firmados por meio de registro de preços com vigência prolongada, a previsão de preços diferenciados configura-se como uma medida prudente e estratégica. Essa flexibilidade permite que os fornecedores mantenham a qualidade e a regularidade no fornecimento de materiais e serviços, sem incorrer em prejuízos decorrentes de desequilíbrios econômicos supervenientes. Ao mesmo tempo, o contratante resguarda-se contra a descontinuidade do fornecimento ou eventuais falhas na execução.

13.3. A justificativa para a adoção de mecanismos de reajuste ou previsão de preços diferentes fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade do fornecimento com valores condizentes com a realidade de mercado. Isso evita tanto a subavaliação quanto a supervalorização dos contratos, promovendo maior equilíbrio e transparência nas relações contratuais.

13.4. A utilização da tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) como referência para a formação de preços é prática consolidada na administração pública, conferindo maior confiabilidade aos valores praticados. No entanto, como essa tabela é atualizada periodicamente, podem surgir defasagens entre suas edições e os preços reais de mercado. Isso reforça a necessidade de ajustes, especialmente em contextos de alta volatilidade econômica.

13.5. A presente aquisição contempla materiais e serviços voltados à manutenção de bens imóveis, priorizando-se o maior percentual de desconto sobre os valores constantes na tabela SINAPI-RO vigente. Cabe destacar que os preços praticados durante a disputa refletem o percentual de desconto ofertado pelas empresas participantes, o que justifica a existência de preços distintos dentro do mesmo registro.

13.6. Dessa forma, a previsão de preços diferentes no âmbito do registro de preços, associada à divisão em lotes, é justificável e recomendável, especialmente em cenários de inflação elevada ou instabilidade no setor da construção civil. Essas práticas contribuem para a previsibilidade das contratações, a sustentabilidade financeira dos fornecedores e a eficiência da administração pública, assegurando a boa execução contratual e o atendimento ao interesse público.

14. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

14.1. Em conformidade os Arts. 42 e 118 Do Decreto Estadual n.º 28.874 de 25 de janeiro de 2024, nos casos dos procedimentos licitatórios para formação de registro de preços deverão indicar apenas o código do elemento de despesa correspondente.

Art. 42. O termo de referência é documento obrigatório para todos os processos licitatórios e contratações diretas destinados a aquisições de bens e contratação de serviços, inclusive serviços comuns de engenharia, quando possível, devendo os demais casos observar a obrigatoriedade de elaboração de projeto básico, excetuando-se a hipótese prevista no § 1º do artigo anterior devendo conter, no que couber, os seguintes parâmetros e elementos descritivos, dentre outros que se fizerem necessários:

(...)

XI - classificação orçamentária da despesa, exceto quando se tratar de processos para formação de registro de preços, os quais deverão indicar

apenas o código do elemento de despesa correspondente;

(...)

Art. 118. Na licitação envolvendo o **SRP não é necessário realizar prévia reserva orçamentária**, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil para a assunção efetiva do compromisso.

§ 1º **O disposto no caput não afasta a necessidade de indicação da dotação orçamentária que será utilizada para fazer face às despesas decorrentes de eventuais contratações.**

§ 2º A ausência de previsão orçamentária, sem a configuração dos demais requisitos previstos no art. 125, não pode fundamentar a adoção do Sistema de Registro de Preços. (grifo nosso)

14.2. O referido objeto de contratação, tem a seguinte dotação orçamentária conforme quadro abaixo:

1.1 - Quadro de Dotação Orçamentária

Programa de Trabalho	Grupo de Programação Financeira	Fontes de Recurso	Unidade Gestora	Natureza de Despesa
26.122.1015.2935	330	1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001	11025	33.90.30

15. CRITÉRIOS DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

15.2. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número da Ata de Registro de Preços e da conta bancária da Contratada. Caso haja Termo de Contrato, a Nota Fiscal deverá apresentar o número do instrumento contratual.

15.3. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas;

15.4. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX/100)/365 I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

15.5. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

15.6. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

15.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

15.8. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 146 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#).

15.9. O pagamento será creditado em favor da empresa fornecedora por meio de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

15.10. A administração não pagará, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

15.11. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme o disposto no [art. 145 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#), com exceções explícitas no [art. 145, § 1º](#) da referida lei.

15.12. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos: a. Certificado de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - [Consulta de Regularidade do Empregador](#); b. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - [Consulta de Regularidade TST](#); c. Certidão Negativa de Débitos Municipais; d. Certidão Negativa de Tributos Estaduais; e. Certidão Negativa de Débitos Federais - [Consulta de Regularidade Ministério da Fazenda](#);

15.13. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal de Serviços/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo os órgãos requisitantes, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes

15.14. A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

15.15. Caso se constate erro ou irregularidade de parcela pequena na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

15.16. Serão aceitas certidões positivas, desde que com efeito negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:**

16.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, utilizando do procedimento de **SISTEMA DE REGISTRO PREÇOS**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO, sobre o** percentual unitário em relação aos preços oficiais da Tabela SINAPI.

16.1.2. Para o presente procedimento, o modo de disputa será o **ABERTO**, nas disposições presentes no inciso I, do art. 56 da Lei Federal 14.133, de 2021.

16.1.3. As propostas serão julgadas pelo **MAIOR DESCONTO, sobre a tabela de preços praticada no mercado**, o percentual, atrelado à Tabela SINAPI, onde consta no Estudo Técnico Preliminar (0058893610) as devidas justificativas para escolha do julgamento.

16.1.4. Caberá ao pregoeiro diligenciar, se, no curso da licitação, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a exemplo da disparidade entre o preço inicialmente previsto e o preço ofertado pelos participantes.

16.1.5. Na proposta de preços a ser apresentada, deverá constar:

16.1.5.1. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

16.1.5.2. O preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer;

16.1.5.3. Conter os preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais;

16.1.5.4. Preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional; e

16.1.5.5. Indicar em sua Proposta de Preços - CNPJ e os Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

16.2. **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

16.2.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) No caso de cooperativa: Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

g) No caso de consórcio de empresas: A comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, além da indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

h) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame.

i) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CNH/outro). Cópia da Procuração, quando houver;

16.2.2. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

16.2.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

a) **Certidão Negativa de feitos sobre falência** – Lei n.º 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

b) **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

b.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);

b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- igual ou superior a 1

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

b.2.) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a **10% (dez por cento) do Valor Estimado do Lote**, visando garantir que as empresas participantes dos processos licitatórios tenham recursos financeiros adequados para cumprir as obrigações contratuais, conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar (0058893610), onde:

b.2.1) Considerando o disposto na Nota Técnica no 1/2024/CGE-RELACAOINTERIST, que orienta a reserva do valor estimado do lote, essa margem se faz necessária para garantir a flexibilidade financeira frente a imprevistos e variações no mercado, especialmente para itens que compõem o orçamento público, que estão sujeitos a flutuações e à inflação do setor de construção civil.

b.2.2) A aplicação desse percentual visa assegurar a cobertura de variações inesperadas nos custos dos insumos e materiais relacionados à construção civil, bem como em relação aos serviços associados, alinhando-se à necessidade de previsibilidade orçamentária e à eficiência na execução do contrato. Esse valor adicional serve como uma medida de prudência para absorver possíveis ajustes financeiros, evitando atrasos ou interrupções na execução do objeto do contrato devido a eventuais insuficiências orçamentárias.

b.2.3) Além disso, o valor reservado contribui para que as contratações possam absorver adequadamente aumentos de custo decorrentes de fatores externos, tais como oscilações cambiais e variações nas tabelas de preços oficiais, como a SINAPI, que refletem as condições de mercado.

b.2.4) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

b.2.5) As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê no art. 69, § 4º da Lei 14.133/2021 **será exigido a comprovação dos 10% do capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo é necessária para garantir que as empresas participantes dos processos licitatórios tenham recursos financeiros adequados para cumprir as obrigações contratuais. Isso reduz os riscos de inadimplência, promove a competição justa entre os licitantes e aumenta a transparência e a credibilidade do processo licitatório. Essa exigência é essencial para assegurar a solidez financeira das empresas contratadas e proteger os interesses da administração pública. (grifo nosso)** Portanto é necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item/lote que o licitante estiver participando.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

b.6) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referências;

b.7) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

Observação: As regras descritas nos itens b.6 e b.7 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(s)/lote(s).

16.2.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** As exigências se darão na forma do Art. 67 da Lei n.º 14.133/21, e deverão ser apresentados atestados e/ou notas fiscais da seguinte forma:

16.2.4.1. Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), Notas Fiscais e/ou outros documentos fiscais, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o desempenho da licitante em fornecimento de materiais/produtos pertinentes e compatíveis em **características e quantidade**, conforme detalhamento abaixo:

I - A comprovação de compatibilidade em CARACTERÍSTICA se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o participante já forneceu material compatível com o objeto.

II - A comprovação de QUANTIDADE se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, que evidencie que o licitante já forneceu material compatível com o objeto a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do grupo do qual estiver participando.

a) **Para os grupos 01, 02, 03, 04, 05, 06** - Apresentar documento comprobatório, em sua individualidade ou soma de atestados, **compatível em características e quantidade**, com o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria BÁSICO e ACABAMENTO**, como exemplo: cimento, areia, brita, tinta. A quantidade deverá ser comprovada a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos grupos mencionados;

b) **Para os grupos 07, 08, 09, 10, 11, 12** - Apresentar documento comprobatório, em sua individualidade ou soma de atestados, **compatível em características e quantidade** com o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS**, como exemplo: cabos, disjuntores e pontos elétricos; tubos, conexões e peças de utilização hidráulicas e sanitárias; martelo, esquadro, régua de pedreiro, desempenadeira. A quantidade deverá ser comprovada a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos grupos mencionados; e

c) **Para o grupos 13** - Apresentar documento comprobatório, em sua individualidade ou soma de atestados, em sua individualidade ou soma de atestados, **compatível em características e quantidade** com o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria CABEAMENTO ESTRUTURADO/LÓGICO**, como exemplo: cabos, tubos, conectores e tomadas de rede lógica. A quantidade deverá ser comprovada a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor

estimado individual para cada um dos grupos mencionados.

III - Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional na linha de serviços e materiais dessa licitação em plena validade;

IV - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

V - A Administração disponibilizará data e horário diferentes para os eventuais interessados realizarem a visita aos locais, sendo proibida, portanto, visitas conjuntas. Caso opte por não realizar a vistoria, o responsável técnico do licitante assinará declaração formal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridade da contratação;

VI - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

VII - A Administração, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste informações inverídicas.

Obs.: A exigência de comprovação da execução de objeto similar correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do grupo fundamenta-se no princípio da segurança da execução contratual, em conformidade com o art. 67 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 e o inciso XVI do art. 42 do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

Tal exigência visa assegurar a participação de empresas com experiência comprovada, garantindo a adequada execução do contrato e mitigando riscos operacionais, conforme diretrizes de planejamento e gestão de riscos estabelecidas no art. 36 do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024. O percentual adotado é proporcional à complexidade e ao porte do objeto licitado, assegurando a competitividade sem comprometer a execução contratual.

16.2.5. OUTROS DOCUMENTOS

a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

17.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

17.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

17.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

17.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

17.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

17.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

17.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

17.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

17.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

17.11. O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer ao material abandonado em suas dependências, podendo dar-lhe a destinação que julgar conveniente, após ter decorrido 30 (trinta) dias de abandono;

17.12. Registrar os defeitos, as falhas e as imperfeições detectadas e comunicar à Contratada; e

17.13. Elaborar Instrução Geral de Quadros de Capacitação para os servidores que atuarão como Gestores e Fiscais dos Contratos de seus respectivos grupos;

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nos instrumentos convocatórios.

18.2. Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

18.3. Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto.

18.4. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no prazo e local indicados na mesma.

18.5. Comunicar ao órgão Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

- 18.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação;
- 18.7. Deverá satisfazer às especificações em vigor, responsabilizando-se pela troca, em caso de anormalidade, desde que comprometa o uso do produto em questão, independentemente do motivo alegado, conforme parecer do servidor encarregado do recebimento.
- 18.8. No caso de conserto, a garantia deve ser realizada por Assistência Técnica Autorizada, indicada pelo fabricante na documentação oficial apresentada pelo licitante durante o respectivo processo.
- 18.9. Caso essa Assistência Técnica Autorizada esteja impossibilitada de cumprir tal função, a garantia deverá ser executada por outra Assistência Técnica Autorizada, que também deverá ser indicada pelo fabricante, ou pelo próprio fabricante do material/equipamento.
- 18.10. Os materiais ofertados nas propostas de licitação deverão estar em total conformidade com as normas da ABNT e do INMETRO, dentre outros, no que couber, inclusive no que se refere aos prazos de fabricação dos referidos materiais, marca, modelo, etc.
- 18.11. O uso de material improvisado em substituição ao especificado é estritamente proibido, e quaisquer adaptações que comprometam a qualidade do serviço não serão toleradas.
- 18.12. **Materiais que não estejam de acordo com as especificações contidas na requisição serão recusados, e fica a critério da Contratante a elaboração de um relatório para registrar a recusa do insumo. A Contratada será formalmente comunicada sobre os materiais recusados deverá providenciar sua retirada no prazo de 5 (cinco) dias úteis.**
- 18.13. *A entrega dos objetos deverá ser realizada no balcão indicado pelo fornecedor, em cada uma das localidades apontadas nos lotes. Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.*
- 18.14. *Materiais retirados na jazida, sem inclusão de transporte, devem ser verificados no mercado para avaliar se o valor registrado pela SINAPI é equivalente ao valor do insumo com entrega. Caso não haja conformidade, recomenda-se empregar o método de cálculo de transporte adotado pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER.*
- 18.15. Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.
- 18.16. A Contratada é responsável pela segurança do transporte dos materiais até o local da entrega, somente se desincumbindo desse ônus com o recebimento provisório dos materiais.
- 18.17. Antes da assinatura do contrato, a contratada deverá informar o nome do seu representante, caso utilize de instrumento de procuração para representar a empresa.
- 18.18. Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na entrega do objeto.
- 18.19. Indicar e manter, durante o cumprimento do contrato, funcionário da empresa com poderes para resolver quaisquer adversidades referentes a obrigações contratuais para atuar como preposto, mantendo atualizado o seu telefone de contato.
- 18.20. O início da prestação dos materiais/serviços (**FORNECIMENTO**) pela empresa contratada deverá ocorrer após a publicação da ata de registro de preços no DOE.
- 18.21. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes do contrato.
- 18.22. A Contratada é responsável por cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas relacionados à execução adequada do objeto contratado. Isso inclui garantir a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme as especificações, prazos e localidades definidos no Termo de Referência e seus anexos, acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual devem constar informações como marca, valor, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- 18.23. A Contratada deve se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, conforme previsto nos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Em caso de avarias ou defeitos, deve substituir, reparar ou corrigir o objeto, às suas próprias custas, dentro do prazo.
- 18.24. Realizar testes e reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação para tal.
- 18.25. É importante ressaltar que a execução da garantia, incluindo a substituição de material/equipamento ou conserto, não acarretará, em nenhuma circunstância, ônus para a CONTRATANTE. Além disso, a CONTRATADA deve estender à CONTRATANTE o mesmo prazo de garantia concedido pelo fabricante do material/equipamento, quando este for superior ao estabelecido na Lei nº 8.078/90.
- 18.26. A Contratada deve comunicar à Contratante, com a devida comprovação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto.
- 18.27. Assumir total responsabilidade por quaisquer perdas e danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, intencional ou negligente, sem prejuízo de outras penalidades contratuais ou legais aplicáveis, danos pessoais ou materiais ao patrimônio público ou privado, bem como danos ambientais ocasionados por seus funcionários ou equipamentos durante a execução;
- 18.28. As especificações dos bens entregues devem ser lançadas na Nota Fiscal de forma idêntica àquelas constantes na requisição fornecida pelo fiscal do contrato.
- 18.29. Durante toda a execução do contrato, a Contratada deve manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além de indicar um preposto para representá-la. A Contratada é responsável por qualquer dano causado à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente durante o fornecimento do objeto da licitação, não podendo alegar que a Administração realizou a fiscalização como motivo para excluir sua responsabilidade.
- 18.30. Todos os custos decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, incluindo tributos e despesas com frete, devem ser arcados pela Contratada, sem ônus para a Contratante, e os pagamentos devem ser efetuados conforme previsto em lei.
- 18.31. A Contratada deve cumprir toda a legislação ambiental, de trânsito, trabalhista e de Segurança do Trabalho pertinentes à exploração, transporte, carga e descarga dos materiais licitados.
- 18.32. É de responsabilidade da contratada elaborar e implementar os Planos de Prevenção de Acidentes, Manejo Ambiental, Gerenciamento de Resíduos, Controle Médico de Saúde Ocupacional, Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção, assim como todos os planos e programas relacionados à atividade exercida.
- 18.33. A Contratada é responsável por promover a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, conforme exigido pela legislação.
- 18.34. Na aquisição de materiais conforme a Tabela SINAPI, a Contratada deve adotar critérios de sustentabilidade ambiental, conforme

orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Lei 14.133/2021. A Contratada deverá assegurar práticas sustentáveis ao longo de todo o processo produtivo, abrangendo desde a extração de matérias-primas até o fornecimento final dos produtos, bem como demais normativas e políticas públicas voltadas para a redução de impactos ambientais e promoção do consumo sustentável.

18.35. Em relação ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, apresentamos alguns pontos a ser seguidos:

I - Tecnologia de aplicação eficiente: Equipamentos modernos de aplicação dos materiais, como equipamentos elétricos, que promovam eficiência energética (como lâmpadas LED e sensores de presença). Para materiais hidrossanitários, a preferência é por equipamentos que permitam economia de água, como torneiras com redutores de vazão e válvulas de descarga de baixo consumo.

II - Reciclagem e disposição adequada: Práticas de trabalho sustentáveis, como a reciclagem de uso de materiais recicláveis e reciclados na construção civil, como tubos e conexões de PVC reciclado, metais ou outros componentes que possam ser reutilizados ou reciclados ao final de sua vida útil.

III - Alternativas de baixo COVs: Para produtos que envolvem processos químicos, como tintas e acabamentos, deve-se dar preferência aos que emitam menos compostos orgânicos voláteis (COVs) ou poluentes tóxicos.

IV - A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

18.36. A Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, deve ser observada no que tange ao uso de substâncias químicas e práticas produtivas que possam gerar impactos negativos ao meio ambiente. As empresas fornecedoras devem adotar processos que garantam a gestão adequada de resíduos, reduzam a emissão de poluentes e conservem os recursos naturais.

18.37. A responsabilidade pela conformidade com as normas ambientais vigentes recai sobre a empresa contratada, que deverá garantir que todos os materiais adquiridos sigam padrões sustentáveis, sem causar degradação ao meio ambiente. Dessa forma, o processo de aquisição de materiais da Tabela SINAPI deverá promover a proteção do meio ambiente e incentivar práticas produtivas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

18.38. A contratada deve cumprir os critérios de aceitabilidade: Devem estar em conformidade com normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como resistência e durabilidade.; Preços e especificações devem seguir a Tabela SINAPI para garantir a adequação econômica e técnica.; Materiais devem ser uniformes em textura, cor e acabamento, além de não apresentarem defeitos visíveis (trincas, quebras, etc.); Devem atender a requisitos de resistência mecânica (compressão, peso e impacto); Devem atender às normas ABNT e SINAPI, com foco em resistência, uniformidade e durabilidade; Precisam de conformidade com normas como NBR 5410, certificação INMETRO, e segurança no isolamento para evitar acidentes; e Devem seguir normas ABNT e apresentar estanqueidade e resistência à corrosão, além de certificação para água potável.

18.39. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

18.40. A contratada de cumprir as exigências reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas

19. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, ADITIVOS E SUPRESSÕES

19.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado (DIOF).

19.2. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para formalizar a assinatura do Termo Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

19.3. Como condição para celebração do Instrumento Contratual, a empresa deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas neste instrumento, devendo comunicar ao órgão Contratante, imediatamente, a alteração que possa comprometer a execução do objeto contratado.

19.4. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei N.º14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, **nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

19.5. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

19.6. Fica vedada a celebração de termos aditivos a este contrato, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses, conforme Art. 133 da Lei nº 14.133/2021.

20. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contados a partir da data de apresentação da proposta comercial.

20.3. Após o interregno de um ano, a contratante deverá apresentar requerimento expresso para reajuste dos preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **do índice IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anuidade.

20.3.1. A escolha do índice fora justificada no Estudo Técnico Preliminar (0058893610), no subitem 5.58.1.

IPCA como índice de reajuste de preços é justificada por sua ampla aceitação e reconhecimento, abrangência e representatividade, transparência e facilidade de acesso, consistência e confiabilidade, conformidade com práticas de mercado, reflexão das condições econômicas e base legal e normativa. Estas razões asseguram que o reajuste de preços seja justo, transparente e alinhado com as melhores práticas de mercado e regulamentações vigentes. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

20.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

20.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

- 20.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 20.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 20.8. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, de acordo com a alínea d, inciso II, do Art. 124 Lei nº 14.133, de 2021;
- 20.9. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual n.º 28.874/2024);
- 20.10. Os pedidos de **reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão**, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos 154 a 163, deverão ser instruídos conforme previsto no artigo 152 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.
- 20.11. O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias.

21. RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS MEDIDAS MITIGADORAS

- 21.1. Considerando a complexidade e os detalhamentos que envolvem as contratações públicas, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual nº 28.874/24, a decisão de restringir a participação em licitações para a aquisição de materiais de construção civil, tais como materiais básicos e de acabamento, materiais elétricos, hidrossanitários, ferramentas e cabeamento estruturado/lógico, está fundamentada em diversas razões estratégicas. Essas medidas visam garantir a eficiência, transparência e execução eficaz dos contratos relacionados à aquisição de insumos essenciais para obras e manutenções públicas.
- 21.2. Ao restringir a participação a empresas, é possível implementar critérios mais rigorosos que assegurem a concorrência entre organizações com experiência comprovada e recursos adequados para o fornecimento desses materiais especializados. Isso garante que os insumos necessários sejam entregues com a qualidade exigida, dentro dos prazos e conforme as necessidades técnicas das obras.
- 21.3. Empresas fornecedoras de materiais de construção estão sujeitas a obrigações fiscais, trabalhistas e de controle de qualidade bem estabelecidas, facilitando a fiscalização por parte do Estado. Isso assegura que os insumos, como cabos estruturados, ferramentas e materiais elétricos, sejam fornecidos conforme as especificações contratuais e com as devidas garantias.
- 21.4. A contratação de empresas especializadas permite a criação de estoques de segurança, garantindo o fornecimento contínuo de materiais, especialmente em casos de interrupções na cadeia de suprimentos, como atrasos na entrega de insumos elétricos ou hidrossanitários. Isso é crucial para evitar que obras ou manutenções sejam paralisadas pela falta de materiais.
- 21.5. Empresas com experiência na distribuição de insumos para construção civil possuem sistemas de gestão de inventário que monitoram os níveis de materiais com precisão, evitando tanto a escassez quanto o acúmulo excessivo de produtos como cimento, cabos e ferramentas. Essa gestão otimiza os recursos, garantindo o uso eficiente dos insumos e evitando desperdícios.
- 21.6. Fornecedores qualificados possuem as condições ideais para o armazenamento e manuseio dos insumos de construção civil, como materiais de acabamento e ferramentas, garantindo a preservação da qualidade até o momento da sua utilização. Isso minimiza perdas por deterioração e assegura que os materiais estejam em condições adequadas para uso nas obras.
- 21.7. Limitar a participação a empresas formalmente constituídas e experientes no fornecimento de materiais de construção civil mitiga riscos jurídicos, como litígios ou inadimplência. O processo licitatório com fornecedores especializados garante maior proteção ao Estado, assegurando que a entrega e a qualidade dos materiais contratados sejam rigorosamente cumpridas.
- 21.8. Essas razões asseguram que o processo de aquisição de insumos para construção civil ocorra de forma eficiente, transparente e responsável, resultando em contratações mais seguras e na entrega de materiais que atendam plenamente às necessidades dos projetos públicos.

22. MATRIZ DE RISCO

- 22.1. A matriz de risco que consta citada no item 23 do Estudo Técnico Preliminar (0058893610), tem como objetivo definir as áreas de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação. Dado este relevante, para a identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para apresentação das propostas pelas licitantes.
- 22.2. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE em conformidade com a matriz de risco:
- 22.2.1. Mudanças Climáticas;
 - 22.2.2. Não conformidade com critérios de sustentabilidade;
 - 22.2.3. Aumento de custos devido à utilização de materiais não sustentáveis; e
 - 22.2.4. Rejeição pública devido à falta de práticas sustentáveis.
- 22.3. Constituem riscos a serem suportados pela CONTRATADA em conformidade com a matriz de risco:
- 22.3.1. Disponibilidade de Fornecedores;
 - 22.3.2. Qualidade dos Materiais;
 - 22.3.3. Atrasos na Entrega;
 - 22.3.4. Danos durante o Transporte;
 - 22.3.5. Crédito - Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante;
 - 22.3.6. Impacto ambiental negativo devido ao uso de materiais poluentes; e
 - 22.3.7. Escassez de materiais sustentáveis disponíveis no mercado.
- 22.4. Constituem riscos a serem COMPARTILHADOS pelas partes, em conformidade com a matriz de risco:
- 22.4.1. Mudanças na Regulamentação;
 - 22.4.2. Flutuações de Preços; e
 - 22.4.3. Reequilíbrio Contratual.
- 22.4.4. A contratada deverá ter pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos, e garantindo ter levado tais riscos em consideração quando na formulação de sua proposta.

22.4.5. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

22.4.6. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise apurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

22.4.7. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas no instrumento convocatório.

23. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

23.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

23.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

23.3. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

23.4. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

23.5. A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

23.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

23.7. A fiscalização não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os [arts. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

23.8. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

23.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

23.8.2. Será designado para a função de fiscal de contrato servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes às funções expostas no Decreto Estadual n.º 28.874/2024, na seção VIII, Capítulo I;

23.8.3. comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

23.9. GESTÃO DO CONTRATO

23.9.1. As atividades de Gestão e Fiscalização deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades (artigo 19, Decreto Estadual n.º 28.874/2024)

23.9.2. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, que cabe a ele seguir as funções expostas no artigo 20, do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

23.9.3. **Caberá ao FISCAL TÉCNICO** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 23 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

23.9.4. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

23.9.5. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

23.9.6. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

23.9.7. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

23.9.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

23.9.9. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

23.9.10. **Caberá ao FISCAL ADMINISTRATIVO** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 24 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

23.9.11. Além disso, o fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

23.9.12. Os relatórios elaborados pela fiscalização do contrato administrativo deverão abordar, no que couber, o pontos elencados no art. 25 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

23.9.13. Caso a execução do contrato ocorra em setores distintos ou em unidades descentralizadas, **será designado FISCALIS SETORIAIS nos locais**, de modo que haja acompanhamento na execução nos aspectos técnicos ou administrativos, conforme previsão do §1º e §2º, do art. 19 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

24. GARANTIA CONTRATUAL

Referencia ao Estudo Técnico Preliminar (0058893610)

24.1. Conforme previsto no Inciso XXII, Art. 42 do Decreto n.º 28.874/24, a exigência de garantia contratual deve considerar as especificidades do objeto e o risco associado à sua execução. No presente caso, considerando a natureza do objeto do contrato e o baixo risco de

inadimplemento, entende-se que a exigência de **GARANTIA CONTRATUAL SE MOSTRA DESNECESSÁRIA**.

24.2. Além disso, a não exigência da garantia visa evitar onerar o contratado de forma desproporcional, o que poderia impactar negativamente a economicidade do contrato e os preços ofertados. A administração entende que o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, aliados à robustez das cláusulas de penalidades, são suficientes para mitigar eventuais riscos de descumprimento das obrigações.

24.3. Portanto, por entender que a dispensa da garantia contratual não compromete os interesses da administração e que os riscos são adequadamente controlados, propõe-se a sua não exigência neste contrato.

25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Conforme o [Art. 155 da Lei 14.133/21](#), a empresa participante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

25.2. No caso de algumas das infrações listadas acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

25.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto, o DER/RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

25.3.1. **Advertência**, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

25.3.2. **Multa moratória** correspondente a **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

25.3.2.1. A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

25.3.3. **Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a parte inadimplida, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato ou instrumento equivalente, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

25.3.4. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o instrumento contratual, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do objeto não prestado, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

25.3.5. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia pela execução parcial do contrato;

25.3.6. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia;

25.3.7. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada na substituição de equipamentos ou serviço em desacordo com o contrato no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

25.3.8. **Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, **por dia de atraso na substituição do material defeituoso**, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

25.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa, sobre a parte inadimplida do contrato, conforme a tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia

03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(*) Incide sobre a parte inadimplida.

25.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **subitem 25.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo **subitem**.

25.6. As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

25.7. Aplicação de juros sobre o atraso no pagamento das multas, em casos em que não houver saldo suficiente para glosa dos valores, devendo ser calculada após a decisão do Gestor Público.

25.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar (CAGEFIMP), e a caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

25.9. A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

25.10. No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 25.2., a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

26. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

26.1. Após a fase de lances, as empresas pela ordem de classificação do sistema, serão convocadas a apresentar proposta de preços ajustada ao último lance ofertado, bem como as planilhas de custos de formação de preços detalhando os custos, despesas e lucro dos seus respectivos itens, conforme modelo em ANEXO C-1, C-2 e C3 deste Termo de Referência.

26.2. A planilha de composição de custos e formação de preços, destina-se tão somente à eventual necessidade de reajuste contratual.

26.3. A planilha é modelo/exemplo, podendo a empresa, sendo o caso, realizar adequações necessárias que se encaixem com sua realidade.

27. DA VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

27.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, conforme art. 84 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, contado a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

27.2. Poderá ser prorrogado, por período de 1 (um) ano, desde que comprovado o as seguintes condições:

- o preço seja comprovadamente mais vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- a possibilidade de renovação seja tratada na fase de planejamento da contratação (ETP);
- haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
- a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência;

28. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

29. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

29.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

29.2. Insta esclarecer que, conforme previsto no Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu § 1º, art. 117 que versa sobre a publicação de intenção de registro de preços, deverá descrever o objeto pretendido com clareza suficiente para a compreensão dos potenciais interessados

Art. 117. Compete ao órgão gerenciador providenciar, previamente à publicação do edital, a publicação de intenção de registro de preços como forma de divulgar formalmente a pretensão de realização do certame com a adoção do SRP para possíveis órgãos ou entidades interessadas.

§ 1º A publicação da intenção de registro de preços deverá descrever o objeto pretendido com clareza suficiente para a compreensão dos potenciais interessados.

29.3. De acordo com o art. 86 da Lei nº 14.133/2021, que regulamenta a Intenção de Registro de Preços, o órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

29.4. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o

encaminhamento ao órgão gerenciador de sua respectiva requisição de objeto, adequada ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

- I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;
- II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;
- III - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;
- IV - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter indicação do fornecedor, dos respectivos quantitativos e dos valores a serem praticados, encaminhando posteriormente as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- V - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto a valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto a sua utilização;
- VI - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e
- VII - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas em edital, firmadas na ata de registro de preços, as divergências relativas à entrega, às características e à origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

29.5. Desta forma, em conformidade com o disposto no [artigo 117, § 2º, incisos I e II, do Decreto nº 28.874/2024](#), justifica-se a condução centralizada do procedimento de Registro de Preços pelo órgão competente, **não se admitindo a participação de outros órgãos na gestão e execução do certame**, conforme justificativa SUPEL-CRP (0056670046).

30. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DO FORNECIMENTO ADICIONAL “CARONAS”

30.1. A prática do carona pressupõe a realização de uma licitação onde foram observados os princípios da publicidade, isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. O 'carona', também denominado Órgão Não Participante, constitui instrumento de gestão administrativa que privilegia os princípios da celeridade, economicidade e eficiência.

30.2. Nesse sentido, o professor Jorge U. Jacoby Fernandes (2007) encontra aspectos positivos na adesão à ata de registro de preços, vejamos:

“O carona no processo de licitação é um órgão que antes de proceder à contratação direta sem licitação ou a licitação verifica já possuir, em outro órgão público, da mesma esfera ou de outra, o produto desejado em condições de vantagem de oferta sobre o mercado já comprovadas. Permite-se(sic) ao carona que diante da prévia licitação do objeto semelhante por outros órgãos, com acatamento das mesmas regras que aplicaria em seu procedimento, reduzir os custos operacionais de uma ação seletiva. É precisamente nesse ponto que são olvidados pressupostos fundamentais da licitação enquanto processo: a finalidade não é servir aos licitantes, mas ao interesse público; a observância da isonomia não é para distribuir demandas uniformemente entre os fornecedores, mas para ampliar a competição visando a busca de proposta mais vantajosa.” (Grifo Nosso)

30.3. Portanto, os motivos que justificam sua previsibilidade de adesão à ata de registro de preços se dá com a possibilidade de um órgão ou entidade que não participou do procedimento licitatório aderir à ata e adquirir os bens e serviços licitados, medida esta que valoriza a eficiência e a economia processual. A adesão a ata de registro de preços possibilita, a redução dos custos com licitações e a desburocratização.

30.4. Para fins de adesão à ata de registro de preços, deverá ser observado o rito previsto na Subseção V, da Seção IV, do Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

30.5. **O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021**

30.6. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

30.7. Caberá ao órgão não participante que desejar aderir à ata de registro de preços instruir o processo de solicitação com os seguintes documentos:

- I - documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante;
- II - nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;
- III - demonstração da vantajosidade dos preços registrados por meio da realização de pesquisa de mercado com amplitude e diversidade de fontes;
- IV - autorização expressa do órgão gerenciador;
- V - autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no § 4º deste artigo.

31. QUANTITATIVO MÍNIMO

31.1. A definição dos valores mínimo e máximo para o fornecimento de materiais destinados à **manutenção predial** e à **implantação de cabeamento estruturado**, conforme as demandas previstas nos municípios discriminados por lote, atende aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, conforme estabelece o art. 121 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

31.2. O valor **mínimo**, por sua vez, corresponde a **5% do valor total contratado**, o que equivale a **R\$ 393.734,27**. Esse percentual foi estabelecido com base no art. 121 supracitado, visando garantir uma **demand mínima obrigatória** por parte dos órgãos contratantes, mesmo que as solicitações se deem de forma escalonada ou por necessidade pontual.

31.3. Essa previsão mínima assegura o início imediato das atividades, garantindo a disponibilidade de um **estoque inicial estratégico** de materiais que permita dar respostas rápidas às necessidades mais urgentes, sem comprometer a fluidez das operações de manutenção e adequações prediais, especialmente em unidades administrativas e operacionais do DER/RO.

31.4. A fixação do valor máximo, por outro lado, permite que o contrato atenda de forma **abrangente e flexível** a todas as frentes de serviço previstas nos diferentes municípios do Estado, considerando inclusive as variações de logística, distâncias e especificidades de cada localidade. Assim, o contrato poderá ser executado integralmente, conforme o surgimento das demandas, respeitando os limites financeiros e operacionais previamente definidos.

31.5. Além disso, o modelo de fornecimento será realizado sob demanda, com entregas feitas mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Coordenação de Logística do DER/RO, e com prazo de entrega máximo de até **10 (dez) dias corridos**. Isso garante **eficiência logística**, previsibilidade contratual e a continuidade dos serviços de engenharia e manutenção predial em todo o território.

32. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

32.1. Em conformidade como o Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2023, as eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

32.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, conforme art. 134 do Decreto Estadual 28.874, de 2024.

32.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

32.2.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

32.2.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

32.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, desde que observados os seguintes requisitos:

32.3.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

32.3.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

32.3.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas

32.4. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

32.5. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

32.6. Como alternativa à atualização prevista no parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade.

32.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

32.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

33. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

33.1. O registro de preço do fornecedor será cancelado nos seguintes casos:

I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

III - o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

IV - estiverem presentes razões de interesse público; e

V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

33.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

34. DOS CASOS OMISSOS

34.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.

35. DA INEXECUÇÃO E DAS RESCISÃO DOS CONTRATOS

35.1. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

35.2. A rescisão contratual consensual será efetuada na seara administrativa e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes

35.3. Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

35.4. Poderá rescindir ocorrendo quaisquer das situações prevista no Arts. 138 e 139, da Lei Federal n.º 14.133/21, ou ainda pela inobservância de quaisquer condições pactuadas no instrumento contratual, conforme os dispositivos legais.

35.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

35.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

35.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido.

35.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

35.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

35.6.3. Indenizações e multas.

35.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório Art. 131, caput da lei 14.133/2021.

36. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

36.1. Declaram as partes que este instrumento corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

36.2. Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei Nº 14.133/21).

36.3. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Nº 14.133/21).

36.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação (Art. 90, §2º da Lei Nº 14.133/21).

36.5. Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

36.6. Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões.

37. DO FORO

37.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXOS

A - Documento de Oficialização de Demanda 4 (0052274465);

B - SAMS 0052390456;

C - Estudo Técnico Preliminar (0058893610);

D - Tabela /SINAPI (0059134974)

E - Planilha (MATERIAIS BÁSICOS MAIS COMUMENTE DEMANDADOS) 0047863545

F - MODELOS DE PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS:

C-1 MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - LUCRO REAL

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - LUCRO REAL			
EMPRESA:	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		
ESTADO:	XXXXXXXXXX		
CONTRATO:	XXXXXXXXXX		
REGIME DE TRIBUTAÇÃO:	(X) LUCRO REAL () LUCRO PRESUMIDO () SIMPLES NACIONAL		
PRODUTO	N.º NF	VALOR DA NF SERVIÇOS	
XXXXXXXXXXXX		XXXXXX	
A - PREÇO DOS SERVIÇOS		7.000,00	100,0%
DEDUÇÕES DOS SERVIÇOS (IMPOSTOS S/ FATURAMENTO)			
a) ICMS SOBRE O SERVIÇOS	XXX	XXX	
b) PIS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	1,65%	115,50	
c) COFINS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	7,60%	532,00	
e) CSLL sobre o Serviços (Lucro Presumido)	XXX	XXX	
f) IRPJ sobre o Serviços (Lucro Presumido)	XXX	XXX	
g) Simples Nacional	XXX	XXX	
B - VALOR LIQUIDO DOS SERVIÇOS	(B)=(A-a-b-c-d-e-f)	6.352,50	90,75%
CUSTOS DIRETOS - SERVIÇOS			
DESCRIÇÃO	Custo Unitário (R\$)		
ITEM 1			
1) CUSTOS INDIRETOS/GASTOS GERAIS			
1.1) Despesas Administrativa		98,54	
1.2) Despesas Financeiras		127,12	
C - DESPESAS COM GASTOS GERAIS	(C=3.1+3.2)	225,66	
E - LUCRO BRUTO (p/ Lucro Real)	(E=B-C)	6.126,84	
6) CSLL	9%	551,42	
7) IPRJ	15%	919,03	
8) ADICIONAL DE IPRJ	10%	612,68	
F - LUCRO LIQUIDO (Apurado)	(F=E-6-7-8)	4.043,71	

C-2 MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - LUCRO PRESUMIDO

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - LUCRO PRESUMIDO			
EMPRESA:	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		
ESTADO:	XXXXXXXXXX		
CONTRATO:	XXXXXXXXXX		
REGIME DE TRIBUTAÇÃO:	() LUCRO REAL (X) LUCRO PRESUMIDO () SIMPLES NACIONAL		
PRODUTO	N.º NF	VALOR DA NF SERVIÇOS	
XXXXXXXXXXXX		XXXXXX	
A - PREÇO DOS SERVIÇOS		7.000,00	100,0%
DEDUÇÕES DOS SERVIÇOS (IMPOSTOS S/ FATURAMENTO)			
a) ICMS SOBRE O SERVIÇOS	XXX	XXX	
b) PIS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	0,65%	45,50	
c) COFINS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	3,00%	210,00	
e) CSLL sobre o Serviços (Lucro Presumido)	2,08%	145,60	
f) IRPJ sobre o Serviços (Lucro Presumido)	4,80%	336,00	
g) Simples Nacional	XXX	XXX	
B - VALOR LIQUIDO DOS SERVIÇOS	(B)=(A-a-b-c-d-e-f)	6.262,90	89,47%
CUSTOS DIRETOS - SERVIÇOS			
DESCRIÇÃO	Custo Unitário (R\$)		
ITEM 1			
1) CUSTOS INDIRETOS/GASTOS GERAIS			
1.1) Despesas Administrativa		98,54	
1.2) Despesas Financeiras		127,12	
C - DESPESAS COM GASTOS GERAIS	(C=1.1+1.2)	225,66	
D - LUCRO BRUTO	(D=B-C)	6.037,24	

C-3 MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - SIMPLES NACIONAL

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - SIMPLES NACIONAL			
EMPRESA:	XXXXXXXXXXXXXX		
ESTADO:	XXXXXXXXXX		
CONTRATO:	XXXXXXXXXX		
REGIME DE TRIBUTAÇÃO:	() LUCRO REAL () LUCRO PRESUMIDO (X) SIMPLES NACIONAL		
PRODUTO	N.º NF	VALOR DA NF SERVIÇOS	
XXXXXXXXXX		XXXXXX	
A - PREÇO DOS SERVIÇOS		7.000,00	100,0%
DEDUÇÕES DOS SERVIÇOS (IMPOSTOS S/ FATURAMENTO)			
a) ICMS SOBRE O SERVIÇOS	XXX	XXX	
b) PIS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	XXX	XXX	
c) COFINS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	XXX	XXX	
e) CSLL sobre o Serviços (Lucro Presumido)	XXX	XXX	
f) IRPJ sobre o Serviços (Lucro Presumido)	XXX	XXX	
g) Simples Nacional	6,00%	420,00	
B - VALOR LIQUIDO DOS SERVIÇOS	(B)=(A-G)	6.580,00	94,00%
CUSTOS DIRETOS - SERVIÇOS			
DESCRIÇÃO	Custo Unitário (R\$)		
ITEM 1			
1) CUSTOS INDIRETOS/GASTOS GERAIS			
1.1) Despesas Administrativa		98,54	
1.2) Despesas Financeiras		127,12	
C - DESPESAS COM GASTOS GERAIS	(C=1.1+1.2)	225,66	
D - LUCRO BRUTO	(D=B-C)	6.354,34	

Elaborado por:	Revisado por:	Aprovado por:
CLEITON RODRIGUES DA SILVA Assessor Técnico de Licitação - DER/RO	JOSÉ JÚNIOR PONTES NETO Assessor - DER/RO SÉRGIO ROBERTO SOARES DA SILVA Agente Atividades Administrativa -DER/RO	MICHELLE ROBERTA SANTIAGO Coordenadora de Logística - DER/RO
Autorização pelo Ordenador de Despesa do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO. EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS Diretor-Geral - DER/RO		



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Roberto Soares da Silva, Técnico(a)**, em 12/05/2025, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **José Júnior Pontes Neto, Assessor(a)**, em 12/05/2025, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Roberta Santiago Sobrinho, Coordenador(a)**, em 12/05/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **CLEITON RODRIGUES DA SILVA, Assessor(a)**, em 12/05/2025, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS, Diretor(a)**, em 12/05/2025, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059982526** e o código CRC **5C11A21A**.